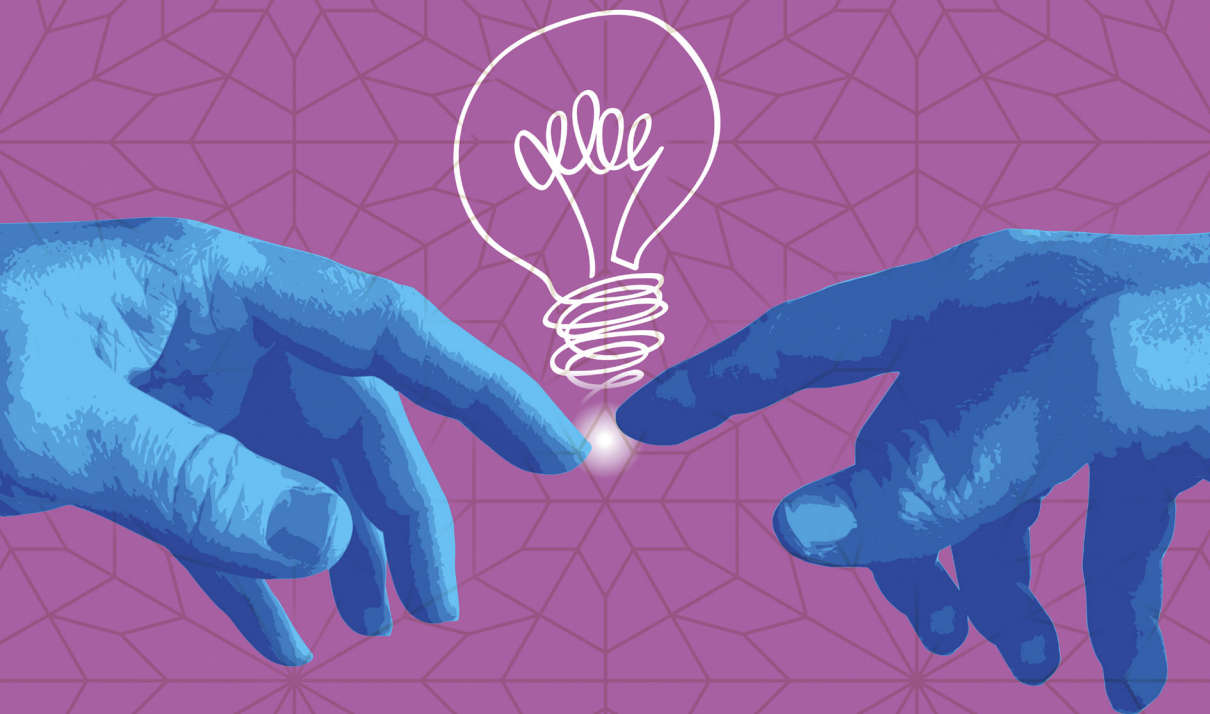


ADELICIO MACHADO DOS SANTOS
(ORGANIZADOR)

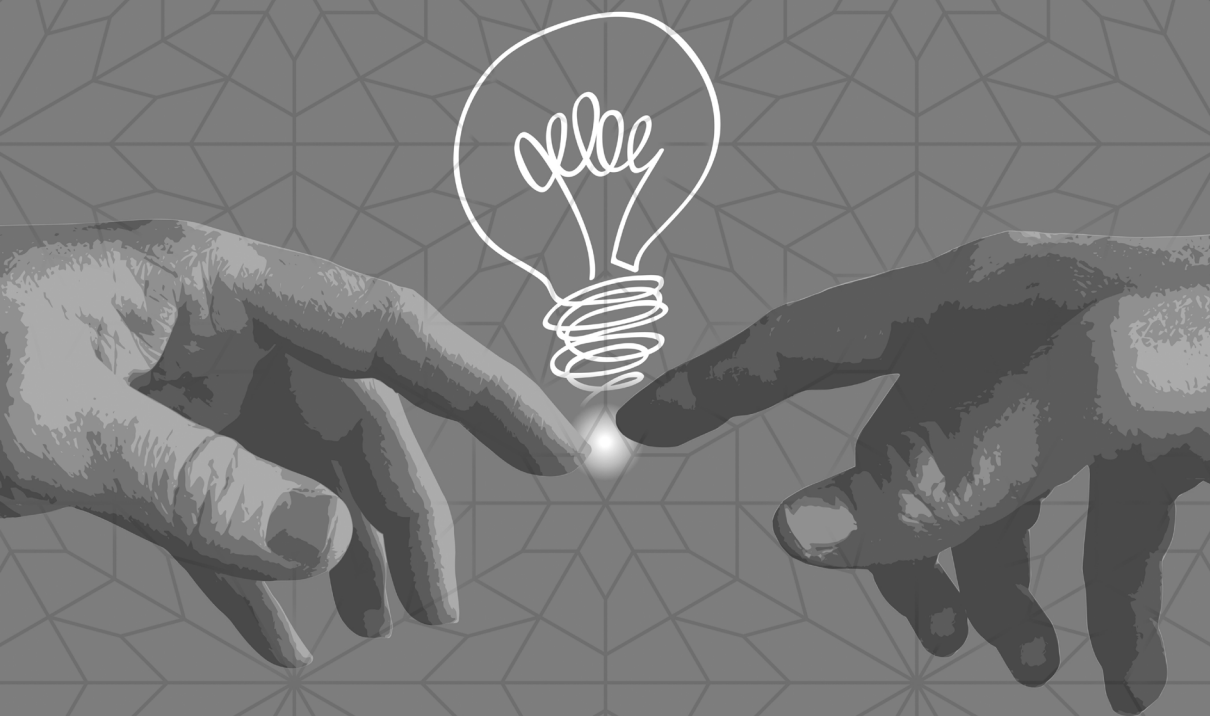
ESTUDOS DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO



Atena
Editora
Ano 2023

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS
(ORGANIZADOR)

ESTUDOS DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO



Atena
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProf^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Estudos de teologia e ciências da religião

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adelcio Machado dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
E82	<p>Estudos de teologia e ciências da religião / Organizador Adelcio Machado dos Santos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0893-2 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.932232701</p> <p>1. Teologia. 2. Ciência e religião. I. Santos, Adelcio Machado dos (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 215</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

DEDICATÓRIA

Ao Prof. Dr. Joel Aroldo Baad.
À Silvânia e ao Marquinhos.

Disse Deus o Altíssimo: "Falai ao próximo com benevolência" (Alcorão - 2:83). E Disse também: "Convoca (os humanos) à senda do teu Senhor com sabedoria, pela exortação e dialoga com eles com benevolência" (Alcorão 16:125). Disse o profeta Muhammad (S.A.A.S.): "A boa palavra equivale uma caridade". Existem no Alcorão 527 versículos que falam sobre o diálogo. As orientações do Alcorão tanto quanto a do Profeta Muhammad (S.A.A.S.), são claras quanto o diálogo entre os muçulmanos entre si e entre os não-muçulmanos também. Tais orientações reconhecem que os seres humanos podem divergir quanto às suas idéias e mentalidades, isso é natural, e os muçulmanos têm a obrigação moral e religiosa de respeitar as opiniões diferentes e pensamentos diferentes e consideram que os diferentes pensamentos poderão desenvolver melhor o convívio entre as pessoas, uma vez que nós muçulmanos somos proibidos de impor a nossa religião aos demais.

A solução de colossais problemas, representados pela constante marginalização da sociedade civil, excluída dos benefícios do crescimento econômico, demanda o contributo de princípios éticos e religiosos, visto que a hegemonia científica não logrou equacioná-los.

O incremento da concentração da riqueza para pequenos grupos, aumentando, destarte, as disparidades sociais; a exacerbada dependência exógena, expressa pela ampliação dos índices de desnacionalização, de economia e pela crescente subordinação tecnológica, exige a celebração de um novo pacto social, que permita às nações oprimidas enfrentar os reptos.

A religiosidade, em primeiro lugar, deve convergir para um fim bem definido - a justiça social.

Conquanto a religião, mormente, colime preparar o humano para comunhão com a transcendência, ademais de orientá-lo sobre a existência metafísica, jamais pode deixar de lado seu compromisso com a igualdade material e efetiva entre os membros da humanidade.

Urge que religião, no que se refere à vida social, acentue sua presença não apenas por meio do influxo sobre a família e sobre as pessoas, conscientizando sobre a preminência da hegemonia do mais nobres propensões, nomeadamente a solidariedade, o espírito fraterno e a libertação.

Entretanto, o dever imediato de trabalhar por uma ordem justa na sociedade é próprio dos fiéis leigos e sacerdotais.

Estes, como cidadãos do Estado, são chamados a participar pessoalmente na vida pública. Não podem, pois, abdicar da múltipla e variada ação econômica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover orgânica e institucionalmente o bem comum.

Por conseguinte, é missão dos fiéis leigos configurar corretamente a vida social, respeitando a sua legítima autonomia e cooperando, segundo a respectiva competência e sob própria responsabilidade, com os outros cidadãos.

A finalidade da fé deveria consistir no desenvolvimento, o crescimento do homem sob todos os seus aspectos.

O indivíduo, em relação com outros, aumenta suas próprias capacidades.

Em suma, o essencial para a humanização e socialização do homem.

De outro lado, pode-se dizer que se trata de um procedimento que dura a vida inteira, e que não se limita à simples continuidade, mas considera a possibilidade de rupturas pelas quais a cultura se revigora e o homem faz a história.

Todavia, a fé deve configurar elemento importante para o aprimoramento da vida social, porquanto demanda visão de conjunto, isto é, nunca analisa o problema de maneira parcial, mas sempre sob uma perspectiva que relacione cada aspecto com os demais.

Prof. Dr. Adalcio Machado dos Santos

SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO – ANÁLISE DO IMPACTO SOCIAL DA CONFESSIONALIDADE 1

Adelcio Machado dos Santos

Joel Aroldo Baad

INTRODUÇÃO	1
SOCIOLOGIA E RELIGIÃO	3
<i>Sociologia</i>	3
<i>Religião</i>	5
SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO: UM POUCO DE TEORIA.....	6
<i>O materialismo histórico dialético</i>	6
<i>Émile Durkheim</i>	7
<i>Max Weber</i>	8
A RELIGIÃO	9
CONSIDERAÇÕES FINAIS	11
REFERÊNCIAS	13
ISLÃ - A RELEVÂNCIA DOS PROFETAS 16	
Adelcio Machado dos Santos	
INTRODUÇÃO	16
A FÉ E A CRENÇA MUÇULMANA	18
A RESSURREIÇÃO E O DIA DO JUÍZO FINAL	20
O HIJAB E O JIHAD.....	21
FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO	22
OS ESTÁGIOS DA CRIAÇÃO	25
A ORAÇÃO NO ISLÃ.....	25
ADHAN.....	26
O BANHO COMPLETO - <i>GHUSL</i>	26
IQAMAT	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28

ECUMENISMO: ANÁLISE A PARTIR DO PENSAMENTO DE ELIAS WOLFF..... 29

Joel Haroldo Baade
Adelcio Machado dos Santos

INTRODUÇÃO	30
ONTOLOGIA ECUMÊNICA.....	31
APONTAMENTOS PARA UM MÉTODO DE ECLESIOLOGIA ECUMÊNICA	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

RELIGIÃO E GLOBALIZAÇÃO - A VISÃO DE ENZO PACE..... 42

Adelcio Machado dos Santos

INTRODUÇÃO	42
DESENVOLVIMENTO.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	48

TRADIÇÕES CONFSSIONAIS CHINESAS – ANÁLISE INTRODUTÓRIA..... 50

Adelcio Machado dos Santos

INTRODUÇÃO	50
DESENVOLVIMENTO.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	57

SOCIÓLOGOS CLÁSSICOS E A RELIGIÃO..... 59

Adelcio Machado dos Santos
Dreone Mendes
Rubens Luis Freiburger

INTRODUÇÃO	60
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	61
<i>Sociologia e religião: Durkheim, Engels, Marx, Weber</i>	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	66

A CRISTANDADE E O EUCUMENISMO	68
Adelcio Machado dos Santos	
INTRODUÇÃO	69
DESENVOLVIMENTO.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	73
SOBRE O ORGANIZADOR	75

SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO – ANÁLISE DO IMPACTO SOCIAL DA CONFSSIONALIDADE

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC. Docente e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Uniarp. Caçador, Santa Catarina, Brasil.

Joel Aroldo Baad

Doutor em Teologia pela EST. Docente e pesquisador da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade e Educação.

RESUMO: A Sociologia não é fruto do acaso, respondendo às necessidades dos homens de seu tempo. Para Weber, ação social é qualquer ação que o indivíduo faz pela ação de outros. Já Durkheim define fatos sociais como normas coletivas que orientam a vida dos indivíduos. A diferença entre a ação social e os fatos sociais, é que para Weber a análise está centrada nos indivíduos e suas ações, a sociedade é o conjunto das ações individuais. A reflexão filosófica sobre sociedade difere da Sociologia nos resultados como a maneira de alcançá-los. O mundo religioso é reflexo do mundo real, a religião não desaparece como uma luta anti religiosa, mas efeito da transformação social. A contribuição de Durkheim no estudo da religião é fundamental para a Sociologia, já que outras vertentes epistêmica relegam o estudo para um plano secundário, a respeito

do conjunto de reflexões que a Antropologia realiza sobre a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia. Religião. Marx. Weber. Durkheim.

SOCIOLOGY OF RELIGION – ANALYSIS OF THE SOCIAL IMPACT OF CONFSSIONALITY

ABSTRACT: Sociology is not the fruit of chance, responding to the needs of the men of its time. For Weber, social action is any action that an individual takes because of the action of others. Durkheim, on the other hand, defines social facts as collective norms that guide the lives of individuals. The difference between social action and social facts is that, for Weber, the analysis is centered on individuals and their actions; society is the set of individual actions. Philosophical reflection on society differs from sociology in the results as in the way they are achieved. The religious world is a reflection of the real world, religion does not disappear as an anti-religious struggle, but is the effect of social transformation. Durkheim’s contribution in the study of religion is fundamental to Sociology, since other epistemic strands relegate the study to a secondary plan, with respect to the set of reflections that Anthropology performs on the subject.

KEYWORDS: Sociology. Religion. Marx. Weber. Durkheim.

INTRODUÇÃO

A cientificidade proporciona diferentes maneiras de expor a trajetória

de determinados tipos de teoria. Em primeiro plano, de acordo com Domingues (2001), pode-se adotar uma abordagem histórica acompanhando o surgimento da disciplina, aqui estudada, a Sociologia, seus desenvolvimentos em cada corrente e escola, os problemas surgidos em função de suas relações com a vida social e de sua atualização através de pesquisas concretas (CHRISTOVÃO; MUANIS, 2022).

O indivíduo desde que nasce, independentemente de sua vontade, tem sua existência disciplinada por grande variedade de normas sociais, que já se encontram estabelecidas no meio social e que lhes são impostas de forma coercitiva. Destas sobressai-se, pela sua antiguidade, o costume, norma de convivência social, não estabelecida por qualquer autoridade, decorrente da repetição ininterrupta por largo tempo de um ato ou de uma conduta, garantido pela tradição e pelas sanções sociais. É pois, a norma usual, repetida durante muito tempo em um espaço sociocultural, considerada obrigatória. Compreende preceitos jurídicos, morais, religiosos, regras de etiqueta, de decoro e de cerimonial (GUSMÃO, 1967; FRIEDE, 2021).

Num sentido técnico, de acordo com O’Dea (1969), a Sociologia da Religião constitui apenas um aspecto do estudo de relações entre ideias e ideais corporificados em movimentos e formações sociais, e as situações de sua origem, desenvolvimento, florescimento e declínio.

Pode-se afirmar também que nenhuma explicação da religião pode ser completa se não se considerarem as suas dimensões sociológicas (SANTOS, 2021). A religião, que se refere às práticas e crenças comuns, é preeminentemente social, e até épocas recentes era encontrada universalmente em todas as sociedades humanas de que tem-se qualquer registro, entre as quais se incluem aquelas cujos restos foram descobertos e interpretados pelos arqueólogos (SILVEIRA, 2021).

Nas sociedades organizadas, a religião é uma das estruturas institucionais importantes que constituem o sistema social total.

Andragogicamente, este artigo conceitua em que consiste a Sociologia da Religião. Para tanto, principia-se, pela conceituação de Sociologia, tratando de apresentar o pensamento de alguns dos principais nomes de estudiosos do tema.

Em seguida, à luz de alguns autores, desenvolve-se breve explanação da doutrina sobre o assunto, tratando de oferecer alguns textos e comentários a respeito do pensamento de Marx, Durkheim e Max Weber.

No item seguinte aborda-se o construto de religião, e se encerra com as Considerações Finais, nas quais são apresentados pontos conclusivos destacados, seguidos da estimulação à continuidade dos estudos e das reflexões sobre a análise epistemológica da Sociologia da Religião.

SOCIOLOGIA E RELIGIÃO

Ao se analisar a religião do ponto de vista sociológico, não se vislumbra a necessidade de questioná-la se é ou não verdadeira, os estudiosos, preocupam-se tão somente quanto ao seu aspecto como importante fenômeno social encontrado em todas as sociedades (CHRISTOVÃO; MUANIS, 2022).

Na obra “As formas elementares da vida religiosa”, Durkheim elabora a definição mais utilizada de religião, como sendo: “um sistema unificado de crenças e práticas relativas a coisas sagradas, isto é, a coisas colocadas à parte e proibidas - crenças e práticas que unem numa comunidade moral única todos os que a adotam” (DIAS, 2000, p. 155).

Dias (2000) ainda destaca que as funções principais da religião giram em torno de três tipos de interesse:

- As doutrinas, que são um padrão de crenças que dizem respeito à natureza do relacionamento do homem com a transcendência;
- Os rituais, que simbolizam essas doutrinas e que mantêm as pessoas conscientes de seu significado;
- E a gama de normas de comportamento que estão de acordo com a doutrina.

Uma função não explícita das organizações religiosas refere-se à promoção da sociabilidade (DIAS, 2019). Por intermédio do culto, atividades educacionais e celebrações especiais às igrejas promovem a reunião das pessoas. Estas encontram companheirismo, recreação, além de facilitar o encontro de casais e a formação de lideranças nas comunidades.

Em suma, as instituições religiosas promovem a sociabilidade, fortalecendo a coesão social e aumentando a solidariedade grupal (DIAS, 2000).

Sociologia

Para o sociólogo, jurista e economista de origem alemã Max Weber, ação social é qualquer ação que o indivíduo faz orientando-se pela ação de outros. Weber dirá que toda vez que se estabelecer uma relação significativa, isto é, algum tipo de sentido entre várias ações sociais, ter-se-á então relações sociais. Só existe ação social quando o indivíduo tenta estabelecer algum tipo de comunicação, a partir de suas ações com os demais. Nem toda ação, desse ponto de vista, será social, mas apenas aquelas que impliquem alguma orientação significativa visando outros indivíduos (TOMAZI, 1993).

Tomazi (1993) acrescenta ainda que para o sociólogo, filósofo e antropólogo Émile Durkheim, a sociedade é um conjunto de normas de ação, pensamento e sentimento que não existem apenas nas consciências dos indivíduos, mas que são construídas

externamente, fora das consciências individuais. Durkheim também afirma que os fatos sociais são justamente essas normas coletivas que orientam a vida dos indivíduos em sociedade.

A disparidade entre a ação social de Weber e os fatos sociais de Durkheim, é que para Weber a análise está centrada nos indivíduos e em suas ações e, a sociedade pode ser compreendida a partir do conjunto das ações individuais mutuamente citadas (DUARTE, 2019).

Para Tomazi (1993), no entendimento de Durkheim, a sociedade prevalece sobre o indivíduo, para o autor na vida em sociedade os homens se defrontam com regras de conduta que não foram diretamente criadas por eles, mas que existem e são aceitas em suas vidas, devendo ser seguidas por todos sob o risco de punição quando infringidas (GONÇALVES; GRILO, 2021).

O autor Vila Nova (1981) em seu estudo, de forma peculiar, orienta que a definição de Sociologia como “ciência da sociedade”, pressupõe que se saiba o que é sociedade e, por conseguinte, posta-se diante de uma espécie de círculo vicioso: a Sociologia se define como ciência da sociedade, e a sociedade tem de ser definida pela Sociologia. Portanto, é mais prudente afirmar que a Sociologia é uma ciência.

Já Sell (2001) corrobora com esta definição, acrescentando que a Sociologia é uma forma de saber científico originado no século XIX. Como qualquer ciência, ela não é fruto do mero acaso, mas responde às necessidades dos homens de seu tempo. Portanto, segundo o autor, a Sociologia tem também suas causas históricas e sociais. Compreender o contexto no qual a Sociologia nasceu é fator fundamental para se entender as suas características e modificações atuais (ZANINELLI *et al.*, 2022).

Constitui truísmo que a reflexão sobre os fenômenos sociais não encetou com a Sociologia no século XIX, conforme enfatiza Vila Nova (1981). Segundo o mesmo autor, antes que Auguste Comte inventasse, na primeira metade daquele século a palavra “sociologia” para denominar a nova ciência e proclama a necessidade, a conveniência e a possibilidade de aplicação dos princípios da ciência – até então aplicados apenas ao estudo dos fenômenos da natureza – ao conhecimento da sociedade, os filósofos ocupavam-se da explicação dos fenômenos sociais.

As reflexões de Platão, de Aristóteles, por exemplo, na antiguidade, ou mesmo de Maquiavel já no Século XVI, apesar de toda a revisão no Renascimento, das ideias tradicionais até então predominantes, são muito diversas das teorias sociológicas (MÜLLER, 2022). A reflexão filosófica a respeito da sociedade difere da Sociologia tanto nos resultados quanto, principalmente, na maneira de alcançá-los. Asseverar que a Sociologia é uma ciência significa, por conseguinte, antes de mais nada, dizer que ela é diferente da

Filosofia Social.

Por sua vez, Fernandes (1960), destaca que a Sociologia não se limita ao estudo das condições da existência social dos seres humanos. Todavia, essa constitui a porção mais fascinante ou importante de seu objeto e aquela que alimenta a própria preocupação de aplicar o ponto de vista científico à observação e à explicação dos fenômenos sociais. Ora, explica Fernandes (1960), ao se falar do homem como objeto de indagações específicas do pensamento, é impossível fixar, com exatidão, onde tais indagações se iniciam e quais são os seus limites. Pode-se, no máximo, dizer que essas indagações começam a adquirir consciência científica no mundo moderno, graças à extensão dos princípios e do método da ciência à investigação das condições de existência social dos seres humanos.

Sob outros aspectos, já se disse que o homem sempre foi o principal objeto da curiosidade humana

Atrás do mito da Religião ou da Filosofia sempre se encontra um agente humano, que se preocupa, fundamental e primariamente, com questões relativas à origem, à vida e ao destino de seus semelhantes (FERNANDES, 1960).

Religião

Uma das funções tradicionais da religião, de acordo com alguns peritos da sociologia da religião, é a do ajustamento social (BOLAN, 1972). A religião, na atualidade, não se estende necessariamente a todos os grupos sociais. Pode ter uma função de ajustamento social, somente para as pessoas que a interiorizam e dela fazem um sucedâneo, para as deficiências do relacionamento humano. Isto se aplica especialmente às sociedades dominadas pela técnica (SANTOS, *et al.*, 2021).

Nesse ponto, a religião surge como a salvadora da interioridade dos humanos, nas suas relações primárias, intersubjetivas e, principalmente, serve para prever a crescente busca de uma ideologia, isto é, de um sistema de valores. Para Bolan (1972), isso se explica pelo fato da sociedade técnica ser eminentemente funcional e desconhecer os valores.

No que diz respeito à religião busca-se apoio em O'Dea (1969), quando afirma que nas sociedades organizadas a religião é uma das estruturas institucionais importantes que constituem o sistema social total. No entanto, a religião é diferente de governo e do direito - que se interessam pela distribuição e pela limitação do poder. É diferente das instituições econômicas, que se interessam pelo trabalho, produção e troca. E é diferente da instituição da família, que regula e padroniza as relações entre os sexos, entre gerações, e entre os que se ligam por consanguinidade e afinidade. O interesse central da religião parece referir-se a algo relativamente vago e intangível, cuja realidade empírica está longe de ser clara. Refere-se ao "além", à relação do homem com esse "além" e sua atitude diante deste, e ao que os homens consideram como consequências práticas do "além" para a vida

humana. Refere-se a algo que transcende a experiência (SANTOS, *et al.*, 2021).

Mircea Eliade dedicou cinquenta anos de sua vida a pesquisas e viagens na análise do fenômeno religioso. No relacionamento com outras Ciências, embora marcado pela pesquisa etnológica – e sem desprezar o lugar central e apropriado de uma Ciência da Religião (CESAR, 1997). Eliade ainda assinala a importância do estudo interdisciplinar do fenômeno religioso, incluindo história, filosofia, psicologia, sociologia, antropologia, teologia e arte. Dizia: “a história das religiões constitui um domínio ilimitado que ninguém pode coordenar” – e isto significa, para Eliade, que o historiador não atuava como um filólogo, mas como hermenêuta (CESAR, 1997, p. 165).

De acordo com Quaglia (1964), a religião positivista ou a religião da humanidade está longe de constituir um estágio primário do conhecimento humano, pois o positivismo é uma religião, desde que atribui à palavra a etimologia “*religare*”. A religião seria, então, todo o conjunto de princípios intelectuais, práticas afetivas e normas de vida capazes de concorrer para o predomínio do altruísmo sobre o egoísmo, quer individual quer coletivo.

SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO: UM POUCO DE TEORIA

O materialismo histórico dialético

O sociólogo Ivo Lesbaupin (2003), deixa claro que ao falar sobre marxismo e religião é preciso antes de tudo distinguir o que a tradição vulgarizada do materialismo histórico-dialético transmitiu e o que efetivamente Marx e Engels pensam sobre a religião. Esta tradição, na opinião do autor, não transmitiu apenas uma teoria, um conjunto de ideias – resumida no acerto da frase escrita pelo filósofo alemão Karl Marx “a religião é o ópio do povo” (Cult, 2022) – mas uma história, a oposição entre as igrejas e o materialismo histórico-dialético, e o cerceamento às igrejas nos países socialistas reais.

Num primeiro momento, Marx assegura que o homem busca a religião como um ópio de que precisa para suportar a divisão entre a miséria real. A situação em que o homem vive é “uma situação que necessita de ilusões”, daí a busca da religião. Nesta fase, Marx trabalha a religião como alienação (LESBAUPIN, 2003)

Em segundo momento, que inicia-se com a *Ideologia Alemã* (1845 – onde Marx e Engels situam as ideias como não tendo autonomia própria, como produto da atividade material dos homens), onde se firmam os princípios teóricos que norteiam a produção intelectual de Marx e considera a religião como ideologia (SARTORI, 2021).

Para Marx, a religião consiste no reflexo ilusório, fantástico, das relações de dominação de classe, de exploração: as ideias religiosas exprimem, justificam e escondem a realidade da dominação. A religião é ideologia, falsa consciência. O mundo religioso é o

reflexo do mundo real; a religião não desaparecerá como fruto de uma luta anti religiosa, mas como efeito da transformação social (LESBAUPIN, 2003).

Émile Durkheim

Souto e Souto (1985), afirma que o sociólogo francês Durkheim (1858-1917), apresenta como posição teórica básica a de considerar a sociedade como conjunto de fatos sociais, fatos esses a serem tratados como coisas (isto é, como padrões observáveis sistematicamente de fora, com objetividade semelhante à dos cientistas da natureza, levando à descoberta das causas). Os fatos sociais, enquanto manifestações mais características da vida coletiva (fatos religiosos, morais, jurídicos), se impõem ao indivíduo. São para ele manifestações de coação e guardam em relação às mentes individuais uma realidade nova, própria, a ser buscada nas representações (ideias) coletivas do grupo (“consciência coletiva”, que se expressa em moral, religião, etc.). Daí a célebre definição de Durkheim: é fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior.

Dessa forma, Sanchis (2003) assegura que para Durkheim, o Sagrado não se expressa necessariamente num sistema “religioso”, no sentido que o senso comum dos últimos séculos, cartesianamente racionalizadores, gostaria de consagrar: o de um domínio abrigado dos embates da vida e da vida social.

No alvitre de Sell (2001), para realizar suas pesquisas na área da teoria sociológica da religião Durkheim parte daquela que considera como sendo a mais simples das religiões dentro do processo evolutivo: o totemismo. Essa religião, encontrada em vários grupos sociais australianos, não foi estudada diretamente por Durkheim, que se serviu de outros relatos para chegar às suas conclusões (VALENTIM, 2022). Através do estudo do totemismo, poder-se-ia aplicar as conclusões das pesquisas para a compreensão de todas as religiões, mesmo aquelas mais evoluídas e complexas.

Para Durkheim, a essência da religião está na distinção da realidade em duas esferas distintas: a esfera sagrada e a esfera profana. A esfera sagrada se compõe de um conjunto de coisas, de crenças e de ritos que formam uma certa unidade, que podemos chamar de religião. A religião envolve tanto o aspecto cognitivo ou cultural (crenças), quanto material ou institucional (ritos) da esfera sagrada. Quando as crenças religiosas são compartilhadas pelo grupo, temos o que Durkheim chama de “igreja”. Quanto à esfera profana, trata-se daquele conjunto da realidade que se define por oposição ao sagrado, constituindo, em geral, a esfera das atividades práticas da vida: economia, família, etc. (SELL, 2001)

Ao definir o fenômeno religião, Durkheim preocupa-se em demonstrar sua origem, assinalando sempre o fato de que este fenômeno tem uma origem social.

Max Weber

Para comentar sobre Max Weber é utilizado como porta de entrada seu texto intitulado “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, na qual o autor procura estabelecer uma relação entre a religião protestante e os líderes do mundo dos negócios e proprietários do capital.

De acordo com Weber (2001), as modernas empresas que fazem uso do sistema racional capitalista de produção são, em sua grande parte, na Europa Ocidental, preponderantemente protestantes. Essa maior participação relativa dos protestantes na propriedade do capital, na direção e na hierarquia superior do trabalho nas grandes e modernas empresas comerciais e industriais, em parte, pode ser explicada por fatores históricos. Embora a religião não seja uma causa das condições econômicas, aparece como resultante delas. Tanto que as regiões de maior desenvolvimento econômico foram particularmente favoráveis a uma revolução na Igreja.

A emancipação do tradicionalismo econômico aparece como um fato de apoio à tendência de duvidar da santidade da tradição religiosa e de suas autoridades. Os reformadores da Igreja apontam para a falta de controle da vida cotidiana da Igreja Católica e as classes médias burguesas apoiam essa visão, cedendo a uma tirania inédita do puritanismo (SOUZA, 2022).

Há vários motivos para procurar as origens do espírito do capitalismo nas ideias religiosas da Reforma Protestante. Weber (2001) afirma que o conceito protestante de vocação está na raiz do sistema capitalista racional, pois não há dúvida de que na palavra alemã *Beruf* e na palavra inglesa *calling*, existe uma conotação religiosa, qual seja, a de uma tarefa ordenada, ou pelo menos sugerida por Deus, que se torna mais manifesta a medida em que for maior a ênfase no caso concreto. O Calvinismo atribui ao trabalho um caráter religioso que não existia anteriormente, quando o trabalho era entendido como algo pertencente à vida material que não podia ser dispensado. No entanto, na perspectiva do Calvinismo o trabalho se torna uma vocação, uma atividade de caráter religioso (PAZ; PAZ, 2020).

Para Farias (1983), os representantes históricos do protestantismo ascético são, sobretudo, os seguintes:

- 1) O Calvinismo, na forma que assumiu na sua principal área de influência da Europa Ocidental no século XVII;
- 2) O Pietismo, que se desenvolveu inicialmente no seio do movimento Calvinista na Inglaterra e na Holanda, vindo a ser absorvido pelo Luteranismo até o término do século XVII;
- 3) O Metodismo, que surge pela primeira vez em meados do século XVIII, separando-

se posteriormente da Igreja Anglicana sob o argumento da necessidade de reavivar o espírito ascético; e

4) As seitas que se derivam do movimento Batista. Nenhum desses movimentos foram independentes dos demais.

O estudo desses movimentos concentra-se na influência das sanções psicológicas, originadas na crença religiosa, que orientavam a conduta do indivíduo.

A racionalização da produção capitalista encontra respaldo nos valores do protestantismo que asseguram ao capitalismo um “espírito” ético, ou seja, garantem hábitos e ideias que favorecem a procura racional do lucro econômico de maneira ética. Weber (2001), recorrendo, sobretudo ao Calvinismo, procura evidenciar que a forma de vida pregada por tal forma de religião protestante favor e o comportamento econômico racional, atribuindo significado moral e espiritual positivo a vida terrena, diferentemente do catolicismo que atribui valor maior a vida eterna e não a terrena.

O Calvinismo apresenta a concepção de que as habilidades humanas devem ser entendidas enquanto dádivas divinas, devendo a vida diária ser santificada. Destarte, à guisa de exemplo, uma habilidade para o comércio que deve ser incentivada, porquanto se constituía como uma forma de santificar a vida terrena.

A RELIGIÃO

A religião se constitui em formação social criada em torno da ideia de um ou vários seres sobrenaturais e de sua relação com os humanos, de acordo com o entendimento de Dias (2000).

De acordo com o magistério da lavra de Gusmão (1967, *apud* Ferreira, 2001, p. 201), as manifestações religiosas ligam-se ao sentimento do sagrado. Nesse sentido, as organizações religiosas, que são criadas pelas sociedades para ceder vazão e expressão a essas manifestações, prescrevem códigos éticos destinados “a pautar a conduta dos indivíduos para obter um prêmio depois da morte dado por uma divindade ou por um ser sobrenatural”.

Destarte, são as religiões que estabelecem as “relações entre os homens e as divindades”, por meio de um “conjunto de cerimônias e práticas destinadas a satisfazer à vontade de divindades ou de invocá-las”. Daí elas serem constituídas “por uma série de valores sagrados expressos em um credo, objetivados pelos veículos do culto e socializados por uma conduta que se adapta às normas religiosas que unem os membros dentro de um mesmo grupo religioso”, como sustenta Sorokin (*apud* Ferreira, 2001), vinculando-se diretamente a “crenças em potências superiores e controladoras do curso da Natureza e da vida humana”.

Assim Lakatos (1990, *apud* Ferreira, 2001, p. 202) parte de Durkheim que, em sua obra “As formas elementares da vida religiosa”, define religião como sendo um sistema unificado de crenças e práticas relativas a coisas sagradas, isto é, a coisas colocadas à parte e proibidas – crenças e práticas que unem uma comunidade moral única todos os que as adotam.

O contributo da lavra de Durkheim para o estudo sistemático da religião foi fundamental para a Sociologia, uma vez que outras vertentes epistêmicas – notadamente o marxismo, a partir da célebre frase de Marx segundo a qual “a religião é o ópio do povo” – relegam o estudo dessas manifestações para um plano secundário, a respeito do conjunto complexo de reflexões que algumas linhas de estudo da Antropologia vêm realizando sobre essa temática ao longo de sua história científica (SOUZA NETO, 2021).

Para Durkheim, ainda, o contraste entre o sagrado e o profano é o traço que distingue o pensamento religioso, que atribui a seres, lugares, objetos e forças sobrenaturais o caráter sagrado, em face do significado que tem para o crente. O profano, por sua vez, seria tudo aquilo considerado útil, prático ou familiar, que pertence ao mundo cotidiano, sem possuir o significado emocional característico do sagrado (FERREIRA, 2001).

De acordo com Rodrigues (1995, *apud* Ferreira, 2001), um dos quatro núcleos fundamentais da produção *durkheimiana* trata especificamente da religião, vinculando-a ao campo das representações coletivas e compreendendo-a como uma forma de representação do mundo, ou mesmo uma forma de concepção de mundo. Tendo situado a Sociologia religiosa no campo de estudo que denominou de fisiologia social. Durkheim aí englobou o estudo das crenças, das práticas e das instituições religiosas.

A religião, afirma Rodrigues (1995, *apud* Ferreira, 2001), com efeito, constitui um fenômeno social, porquanto sempre se configura em grupo, ou seja, de uma organização religiosa/igreja e até, na grande generalidade dos casos, Igreja e sociedade política se confundem. Até recentemente, as pessoas eram fiéis a tais divindades simplesmente porque eram cidadãos de tal Estado. Em todo caso, os dogmas e os mitos consistem em sistemas de crenças comuns a toda uma comunidade e eram obrigatórios para todos os seus membros. O mesmo ocorre com os ritos.

Ferreira (2001), outrossim, clarifica que uma parcela significativa dos estudos clássicos da Sociologia, da Antropologia e da História compreende os fenômenos confessionais a partir de uma vinculação ideal e apriorística, como foi demonstrado, entre a religião e o sagrado. Estudos mais recentes estabelecem, no entanto, distinções relevantes do tocante a essa vinculação, notadamente em relação às grandes religiões monoteístas ocidentais (RAMALHO, 2019).

A conclusão a que se chega sobre o que ocorre atualmente com as religiões

ocidentais modernas é objetiva. Só é possível manter a acumulação capitalista por meio da lógica de consumo pelo consumo, de forma irracional; ou seja, pelo imperativo da lógica do consumismo sobre todas as instâncias e formas de organização da sociedade. A consequência direta é que “o ter, de meio que é para o sagrado, transforma-se em objetivo último de toda a existência.” Em decorrência dessa constatação, sustenta-se que hoje a Igreja é uma simples instituição política que tem na religião a sua razão de ser, à medida que seus referenciais são comuns aos valores da modernidade, que desencanta o mundo (FERREIRA, 2001).

Ainda citando Ferreira, enfatiza-se que a comunicação de massa é amplamente utilizada pelas grandes religiões institucionalizadas, uma vez que a propagação de seus propósitos é, em última instância, comum (SANTOS, 2021). De um lado, os meios de comunicação de massa faturam vultosas somas com o movimento voltado para o consumo do negócio da fé. De outro, essas religiões buscam conquistar e garantir fatias maiores de seu público-alvo, os fiéis consumidores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busca-se, à guisa de conclusão, sufrágio em Lakatos (1990, *apud* Ferreira, 2001), para quem a Sociologia não se interessa em responder às indagações sobre a veracidade ou não das manifestações confessionais, preocupando-se em analisá-las como fenômeno social que pode ser encontrado em todas as sociedades, a despeito de ser, entre todas as instituições existentes nas sociedades humanas, a única que não se baseia apenas em necessidades físicas do homem.

É possível observar que desde os primeiros escritos de Max Weber a Sociologia da Religião tem retratado a profecia hebraica como a própria matriz do racionalismo ocidental, da mesma maneira, em que Ihe tem infligido a promessa de um futuro no qual Israel prevalece sobre todas as outras nações.

Depois da experiência do exílio babilônico, tal promessa teria feito com que os judeus se transformassem em um “povo-pária”, auto-segregado, ritualista, legalista, orientado por uma ética dual e, destarte, incapaz de conferir uma dinâmica universalista ao monoteísmo ético característico a seu próprio Livro sagrado.

Em tal perspectiva, a profecia hebraica teria provocado o início de um processo evolutivo que unicamente o Novo Testamento, com sua doutrina da salvação universal por via do sacrifício do Redentor, teria capacidade de levar adiante. Evidencia-se que essa linha de raciocínio, encontrada na base de todo o comprometimento, de matriz weberiana em explicar a evolução da ética ocidental, se efetiva no interior de um arcabouço cuja natureza é teológica; mais precisamente, nos marcos da “teologia cristã da superação”,

assim chamada por postular que o Novo Testamento supera o judaísmo ao universalizar o acesso à graça divina que este último havia restringido a um pretense “povo escolhido”.

Dentro desse contexto, a ação social, de acordo com entendimento de Weber, é qualquer ação que o indivíduo faz orientando-se pela ação de outros. Já, de acordo com o entendimento de Durkheim, os fatos sociais são justamente as normas coletivas que orientam a vida dos indivíduos em sociedade. Sendo assim, observa-se que a diferença entre a ação social de Weber e os fatos sociais de Durkheim, é que para o primeiro a análise está situada nos indivíduos e em suas ações e, pode a sociedade ser compreendida a partir do conjunto das ações individuais reciprocamente mencionadas.

A Sociologia, como qualquer outra Ciência, não é fruto de um simples acaso, no entanto, responde às necessidades dos homens de seu tempo. A reflexão filosófica a respeito da sociedade contemporânea na Sociologia tanto nos resultados quanto na maneira de alcançá-los, de maneira bastante direta. Nesse ínterim, o mundo religioso é o reflexo do mundo real, a religião não desaparece como fruto de uma luta anti-religiosa, mas como efeito da transformação social.

Albuquerque (2004) acrescenta ainda, que a sociologia define o seu objeto de estudo contra o corpo. Isto significa que, os esforços voltados para delimitar um espaço teórico e um objeto empírico próprios no século XIX, se concentraram em purificar o estudo do homem, dos seus componentes biológicos e psicológicos, de maneira a garantir uma perspectiva sociológica que fosse *sui generis*. Com este amplo movimento cultural, a sociologia tem que se defrontar com o corpo como um objeto de estudo obrigatório, exatamente naquela que é uma das suas áreas mais tradicionais, a sociologia da religião.

Por sua vez, Weber procura estabelecer uma relação entre a religião protestante e os líderes do mundo dos negócios e proprietários do capital, em seu texto intitulado “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. A participação relativa dos protestantes, com maior intensidade na propriedade do capital, na direção e na hierarquia superior do trabalho nas grandes e modernas empresas comerciais e industriais, em parte, encontra sua explicação mais profícua por fatores históricos.

Existem diversos motivos para que se procure as origens do espírito do capitalismo nas ideias religiosas da Reforma Protestante. A racionalização da produção capitalista encontra apoio nos valores do protestantismo que certificam ao capitalismo um “espírito” ético, isso significa que garante hábitos e ideias que beneficiam a procura racional do lucro econômico de maneira ética.

Weber (2001), questionando, principalmente o Calvinismo, tenta de alguma maneira, demonstrar que a forma de vida pregada por tal forma de religião protestante beneficia o comportamento econômico racional, infligindo significado moral e espiritual positivo a vida

terrena, em contrapartida o catolicismo confere valor maior a vida eterna e não a terrena.

Em consonância com o entendimento de Durkheim, o Sagrado não encontra expressão necessariamente em um sistema “religioso”, na direção em que o senso comum dos últimos séculos, cartesianamente racionalizadores, teriam a pretensão de consagrar: o de um domínio abrigado dos embates da vida e da vida social.

O estudo sistemático da religião foi fundamental para a Sociologia, e usufruir o contributo de Durkheim no sentido de que, uma vez que outras vertentes epistemológicas – de maneira especial o materialismo histórico-dialético, a partir da célebre assertiva de Marx em consonância com a qual “a religião é o ópio do povo” – relegam o estudo dessas manifestações para um plano secundário, a respeito do conjunto complexo de reflexões que algumas linhas de estudo da Antropologia vêm realizando sobre essa temática ao longo de sua história científica.

Um dos quatro núcleos fundamentais da produção *durkheimiana* trata especificamente da religião, vinculando-a ao campo das representações coletivas e compreendendo-a como uma forma de representação do mundo, ou mesmo uma forma de concepção do mundo.

Em conclusão, posto que não de maneira concreta, a Sociologia da Religião tem o intento de explicar, empiricamente, as relações mútuas entre religião e sociedade, sendo que os estudos fundamentam-se na dimensão social da religião e na dimensão confessional da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. M. B. Estrutura e dinâmica dos novos movimentos religiosos. *In*: SOUZA, B. M.; MARTINO, L. M. S. **Sociologia da religião e mudança social**. São Paulo: Paulus, 2004.

BOLAN, V. **Sociologia da secularização**. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

CESAR, W. Mircea Eliade: sagrado e profano – religiões e existência humana. *In*: ROLIN, F. C. (org.). **A Religião numa sociedade em transformação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CHRISTOVÃO, A. C.; MUANIS, M. G. Teorias da reprodução: marxismo, estruturalismo, desencanto e possibilidades de resistência. **Educação e Sociedade: Análises Sociológicas**, v. 22290, p. 35-72, 2022.

CULT. O ópio e o real. **cult**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-opio-e-o-real/> Acesso em: 30 out. 2022.

DIAS, R. **Fundamentos de sociologia geral**. São Paulo: Alínea, 2000.

DIAS, G. P. **Empreendedorismo, educação e sociabilidade**: a radicalização do indivíduo como sócio majoritário de si. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

- DOMINGUES, J. M. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DUARTE, S. C. Classe, técnica e moral: o Estado em perspectiva sociológica. **Revista Interscientia**, v. 7, n. 1, p. 83-101, 2019.
- FARIAS, J. H. Weber e a sociologia das organizações. **Revista de Administração**, v. 19, n. 2, p. 23-29, 1983.
- FERNANDES, F. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960.
- FERREIRA, D. **Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade da informação**. São Paulo: Atlas, 2001.
- FRIEDE, R. Teoria da norma jurídica. **Revista ESA**, v. 1, n. 2, p. 84-99, 2021.
- GONÇALVES, B.; GRILLO, R. C. G. Os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador no regime democrático da constituição de 1988. **REI-REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS**, v. 7, n. 2, p. 467-478, 2021.
- GUSMÃO, P. D. **Manual de sociologia**. São Paulo: Forense, 1967.
- LESBAUNPIN, I. Marxismo e Religião. *In*: TEIXEIRA, F. (org.). **Sociologia da Religião: enfoques teóricos**. Petrópolis, Vozes, 2003.
- MARKO, L. B. Pensamento do Lev S. Vygotsky no campo da terapia familiar sistêmica. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 31, n. 72, p. 54-67, 2022.
- MÜLLER, R. P. **De Dante a Maquiavel: culturas do poder entre os séculos XIII e XV em Florença**. 2022. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.
- O'DEA, T. F. **Sociologia da Religião**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.
- PAZ, A. B.; PAZ, K. E. S. A influência de Calvino no mundo: uma cosmovisão cristã teocêntrica para toda a vida. **Revista de Iniciação Científica FABAD**, v. 1, n. 1, p. 1-19, 2020.
- QUAGLIA, V. C. **Sociologia: princípios e problemas**. São Paulo: Editora Juriscredi Ltda, 1964.
- RAMALHO, E. A relação ser humano-natureza no desencantamento religioso do mundo. **Último Andar**, n. 33, p. 02-18, 2019.
- SANCHIS, P. A contribuição de Émile Durkheim. *In*: TEIXEIRA, F. (org.). **Sociologia da Religião: enfoques teóricos**. Petrópolis, Vozes, 2003.
- SANTOS, A. M. Sociologia da religião: análise do impacto social da confessionalidade. **Recima21**, v. 2, n. 4, p. 1-9, 2021.
- SANTOS, A. M.; FREIBERGER, R. L.; MENDES, D. Sociologia da religião: análise do impacto social da confessionalidade. *In*: MACHADO, M. I. (org.). **Sociologia: das ausências às emergências**. Ponta Grossa: Editora, Atena, 2021. cap. 9 p. 113-120.

SARTORI, V. B. A colocação da questão da política em A ideologia alemã de Marx e Engels: uma análise a partir do itinerário marxiano a partir de 1842. **Revista QUAESTIO IURIS**, v. 14, n. 02, p. 689-731, 2021.

SELL, C. E. **Sociologia clássica: Durkheim, Weber e Marx**. Itajaí: Editora Univali, 2001.

SILVEIRA, E. S. Estado laico, ensino religioso e intolerância: os desafios da educação pública. **Educação, Escola & Sociedade**, v. 14, n. 16, p. 1-25, 2021.

SOUZA, C. F. **A participação da Igreja Católica na construção da Salvador moderna (1889 a 1961)**. 2022. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SOUZA NETO, C. S. **A religião na obra de Sigmund Freud: aspectos antropológicos e metapsicológicos**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

SOUTO, C.; SOUTO, S. **A explicação sociológica: uma introdução à Sociologia**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1985.

TOMAZI, N. D. (coord.). **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atlas, 1993.

VILA NOVA, S. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Atlas, 1981.

VALENTIM, M. A. Viola tricolor. Lévi-Strauss e o pensamento selvagem. **Revista de Antropologia**, v. 65, n. 3, p. 1-28, 2022.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2001.

ZANINELLI, T.; CALDEIRA, G.; FONSECA, D. L. S. Veteranos, baby boomers, nativos digitais, gerações X, Y e Z, geração polegar e geração alfa: perfil geracional dos atuais e potenciais usuários das bibliotecas universitárias. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, v. 16, p. e02143-e02143, 2022.

ISLÃ - A RELEVÂNCIA DOS PROFETAS

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC. Docente e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Uniarp. Caçador, Santa Catarina, Brasil.

RESUMO: O Islã apregoa que todos os profetas e mensageiros vieram com uma só missão, uma só religião. Destarte, o Profeta Mohammad, o Selo da Profecia, não se diferencia dos Profetas anteriores a ele, a guisa de exemplo Jesus e Moisés. Aquele, filho de Maria, não difere de Moisés, nem Moisés, difere dos Profetas que o sucederam, Jesus e Mohammad. Todos pregaram a religião de Abraão, o patriarca; a religião do monoteísmo, da paz e da submissão ao Criador Único. Lógica e legalmente se configura impossível que os ensinamentos de um dos profetas a respeito de Deus, difiram dos ensinamentos de outro, ou sejam, contraditórios, mormente no que diz respeito aos relacionados a Allah, Seus atributos, Sua Unicidade, Sua Perenidade, Seu Absolutismo e Sua Eternidade. Este artigo, em abordagem interdisciplinar, mormente histórica e teológica, resume a relevância dos Mensageiros, nomeadamente Jesus e Mohammad, inclusive parentes, porquanto este descende de Ismael e aquele de Isaac.

PALAVRAS-CHAVE: Islã. Profetas. Relevância.

ISLAM - ISLAM - THE RELEVANCE OF PROPHETS

ABSTRACT: The Islam cries that all prophets and messengers have come with one mission only, one religion only. Thus, Prophet Mohammad, the Seal of Prophecy, is not different from any of the other prophets who came before him, as an example, Jesus and Moses. The first, Mary’s son, is no different from Moses and neither is Moses any different from the Prophets who came after him, Jesus and Mohammad. All of them cried Abraham’s religion, the Patriarch of the prophets, the religion of monotheism, of peace and of submission to the One and Only Creator. Logically and legally, it is impossible that the teachings of the prophets concerning God are different from other teachings, or contradictory, especially when it comes to Allah’s teachings, His attributes, His Unity, His Survival, His Absolutism and His Eternity. This article, in an interdisciplinary approach, especially historical and theological, summarizes the relevance of the Messengers, namely Jesus and Mohammad, including relatives, as this one descends from Ishmael and that of Isaac.

KEYWORDS: Islam. Prophets. relevance.

INTRODUÇÃO

No século V, percorriam as terras da Península Árabe, caravanas, mercadores e expedições militares. Na região, o núcleo das atividades comerciais e religiosas acontecia na cidade de Makka (Meca), importante por ser um posto de água para as caravanas e

situar-se numa encruzilhada que levava ao Iêmen, Egito, Síria e Mesopotâmia.

Em fins do século VI, as diversas tribos nômades se unem e se organizam, consolidando a Arábia como unidade, tanto na área religiosa quanto na área política e no comércio. Contribuiu com este fato a obra do Profeta Muhammad (Maomé). Pouco se conhece da juventude do profeta e das suas ações religiosas, todavia não pairam dúvidas quanto a seu iletramento, bem como, aos vinte e quatro anos ter sido escolhido pela viúva Khadija como homem de confiança para acompanhar suas caravanas à Síria. Em seguida, a viúva lhe propôs casamento. A época era comum à poligamia, entretanto Muhammad não possuiu outra esposa enquanto sua primeira mulher viveu. Depois da morte de Khadija, o profeta se casou várias vezes (OLIVEIRA 2001a).

Em 613, o Profeta Muhammad resolveu trazer a lume, a revelação da mensagem de Deus à humanidade que havia sido lhe entregue pelo anjo Gabriel. O profeta não conseguiu converter os cidadãos de Makka, tornou-se alvo de sarcasmo e injúria, que culminou em uma conspiração no ano 619 para assassiná-lo, na mesma época perdeu a esposa e o tio que o criara (OLIVEIRA, 2001a).

Em 24 de setembro de 622, perseguido e ameaçado, partiu para Yatrib. O dia de fuga, chamado *Hidjra* ou *Hégira* tornou-se tão importante para os islamistas que eles passaram há calcular o tempo a partir desta data. Muhammad promoveu a integração dos diversos grupos e tribos que aderiram a ele, submetendo-os a sua autoridade.

No ano 630, ele regressou a Makka, com um exército de dez mil homens, promovendo a hegemonia da fé. Em 10 de março de 632, embora enfermo, efetuou peregrinação de adeus a Makka, cumprindo todos os ritos, para que ficassem bem definidos, e proferiu seu último sermão no monte Arafat. Declarou sagrado o território de Makka e o mês desta peregrinação denominado *Ramadã*.

Exortou os crentes a permanecerem unidos após sua morte. Proclamou alguns direitos e deveres em relação ao casamento e ao comércio. Extinguiu a lei de talião, fixou o ano em 12 meses lunares e proibiu o empréstimo a juros. Morreu em 8 de junho de 632.

Transcreveu suas revelações no livro conhecido como *Alcorão*, que conclama na Surata 18, versículo 1, p. 138:

Louvado seja Allah que revelou o Livro a seu Servo, no qual não colocou contradição alguma (EL HAYEK, 2006).

Depois de seu óbito, houve algumas contendas. Os seguidores se dividiram, uns ficando conhecidos como *Karidjitas*, outros se aglutinaram no partido *Shia*, de onde deriva o nome *Xiismo* ou *Chiismo*. A maioria se alinhou com a corrente denominada *Sunita*, majoritária até presentemente.

Apenas o indivíduo que realmente acreditasse se denominava *mumim* (fiel), e mais

tarde *muslim* (submisso) de onde veio o vocábulo *muçulmano*. O Islã nunca possuiu quadro religioso ou composição eclesiástica, por considerarem claramente expressos no *Alcorão* e na *Sunna* todas as ensinanças.

Para os árabes a palavra *Islã* significa paz, pureza, submissão e entrega. A religião do *Islã* requisita a completa aceitação dos ensinamentos e orientações de Deus. Muçulmano é o indivíduo que aceita de livre e espontânea vontade o poder supremo de Deus (OLIVEIRA, 2001a).

Os cinco atos específicos de adoração, denominados pilares do *Islã*, constituem a estrutura basilar da vida espiritual:

1 - A declaração de fé (*shahada*): é preciso prestar testemunho de que não há outra divindade além de Deus e que Muhammad é seu mensageiro;

2 - A oração: *salat* é o nome das orações obrigatórias que deve ser praticadas cinco vezes ao dia. As orações determinam o ritmo de todo o dia. Conquanto se rezar em comunidade, na mesquita, o muçulmano pode orar em qualquer lugar em que se encontre;

3 - O jejum: todo ano, durante o mês do *Ramadã*, todos os muçulmanos jejuam desde a alvorada até o pôr-do-sol, abstendo-se de comida e bebida, e também das relações sexuais. Aos enfermos, aos idosos, às mulheres que estiverem grávidas ou amamentando é permitido quebrar o preceito e jejuar o mesmo número de dias em outra época do ano, e alimentar uma pessoa necessitada para cada dia não jejuado;

4 - O *Zakat*: princípio do Islã de que todas as coisas pertencem a Deus, e que a riqueza, portanto, está apenas confiada aos seres humanos. A palavra *Zakat* significa tanto purificação como crescimento. Cada muçulmano calcula o seu próprio *Zakat* individualmente e, na maioria dos casos as pessoas destinam 2,5% do seu capital para este fim;

5 - A peregrinação anual a Makka, ao menos uma vez na vida, constitui encargo, somente, para quem é fisicamente e financeiramente capaz de empreendê-la.

A FÉ E A CRENÇA MUÇULMANA

Mohamad (1989) é enfático ao relatar que, um pouco antes da profecia de Mohamad, todos os países, estavam totalmente degradados, política, religiosa e moralmente. Todos os aspectos da vida estavam corrompidos e necessitavam de reforma geral.

Neste período, as religiões que existiam no mundo em geral, eram o Cristianismo, o Judaísmo, o Budismo, o Hinduísmo, o Magismo e o Zoroastrismo (adoradores de fogo).

O mesmo autor afirma que os romanos, no entanto, não só eles, mas também os povos do Oriente Médio e da África praticavam o Cristianismo. Os praticantes do Magismo acreditavam nas forças sobrenaturais e no poder oculto, que podem ser usadas para o bem ou o mal do homem. Já os persas adoravam o fogo e acreditavam que o mundo estava sob

controle de dois deuses, o deus do bem e o deus do mal. A influência do Zoroastrismo ia da Pérsia até as fronteiras da Índia. O Hinduísmo e o Budismo surgiram na Índia, às religiões influenciaram os países a sua volta como o Butão, o Tibet e o sul da Ásia. Os praticantes do Judaísmo estavam espalhados por vários lugares do mundo (HAWKINS, 2017).

O império Persa e o império da Romano viviam sempre entre guerras, os países foram considerados as superpotências da época. Na *surata “Ar-Rum”*, capítulo do Alcorão, aprofunda o conhecimento das guerras e o futuro destas nações.

Por conseguinte, no século VII d.C. na superfície da Terra não havia nenhum povo que podia ser considerado justo. Não existia governo, cuja base fosse à justiça, não havia religião que fosse autêntica (MOHAMAD, 1989).

É uma caridade, e mesmo um sacrifício que se rende a Deus, guiar os demais, contribuir com o esforço de dispersar a ignorância, sem obrigar quem quer que seja a qualquer espécie de crença. Quando surgiu o Islã se exaltou, de modo específico, o fato de que o homem é constituído de dois elementos – corpo e alma – frisando que não se deve negligenciar um, em favor do outro. Esta é a posição do Islã.

A fé islâmica é matizada pelos seguintes aspectos: fé em Deus, nos profetas, nos arcanjos/ anjos, nas escrituras sagradas, na predestinação, na ressurreição e no Juízo Final. Os muçulmanos acreditam em um deus único, supremo e eterno, infinito e poderoso, criador e sustentador; vem epítome, clemente e misericordioso. O fiel muçulmano acredita em todos os profetas de Deus sem distinção entre eles, posto que avultem Adão, Abraão, Moisés, Jesus e Muhammad.

Os mensageiros encarregados de guiar a humanidade pelo bom caminho de Deus, sem nenhuma exceção, eram mortais, eram seres humanos, dotados para receber as revelações divinas e escolhidos por Deus para levarem a cabo certas fainas (OLIVEIRA, 2001a).

É o anjo Gabriel o canal de comunicação utilizado por Deus para ser ouvido pelo Profeta Muhammad, o fato de acreditar nos anjos incrementa o sentimento da grandeza de Deus e a consciência de sua misericórdia. Os anjos não compartilham a divindade do Altíssimo, porquanto estão debaixo do seu comando – e são tão obedientes que não apresentam o mínimo desvio.

Deus revelou seus preceitos em livros, aos seus profetas antes de Muhammad, foram os Livros de Abraão, o Torá de Moisés, Salmos de Davi e o Evangelho de Jesus. Ao estudar estes livros, encontramos muitas passagens e acontecimentos que não podem vir de Deus. As palavras de Deus e as do homem estão misturadas.

O Alcorão foi endereçado a toda a humanidade, apresenta não apenas o que era bom nos primeiros livros, mas também aperfeiçoa o caminho de Deus. Os muçulmanos

acreditam não só no Alcorão, mas também nas coletâneas de revelações de épocas pré-islâmicas, posto que denunciem as adulterações. Continua exatamente como foi revelado ao Profeta Muhammad, nem uma vírgula e nem um ponto foram adulterados (OLIVEIRA, 2001a).

As evidências de que o Alcorão foi efetivamente revelado ao Profeta Muhammad é volumosa, convincente e tão forte, que mesmo o pior crítico do Islã não pode ter dúvida acerca delas. A língua utilizada no Alcorão é viva: há milhões de pessoas que a falam e também milhões que a compreendem e conhecem. Deus revelou a seu Mensageiro que somente Ele é o titular da soberania e a concede ou mantém vedada àqueles por Ele escolhidos para uma faina ou outra, de acordo com as suas leis de dádiva e privação.

Deus perdoa a quem se arrepende sinceramente de seus erros e renova a sua fé no criador para, em seguida, efetuar as boas ações que apagam as más e assim o grau de convicção com o qual sossega o seu coração.

No Alcorão, por muitas vezes é mencionado à predestinação, sempre se reverenciando a lei imutável que rege os fenômenos do Universo. O conceito de predestinação não traz a conotação de que o homem não é responsável por seus atos. Na verdade, o conceito nos diz é que Deus conhece antecipadamente a obra de seu servo, que tal obra ocorre de acordo com suas leis. A predestinação não deve ser motivo para se justificar a preguiça e a perpetração de pecados, ou o motivo para dizer-se que Deus privou o ser humano da liberdade e não lhe outorgou margem de escolha (OLIVEIRA, 2001a).

A crença na predestinação ensina ao homem que tudo que ocorre no Universo está de acordo com leis sábias, de modo que, se algum mal o atingir, ele não deve se desesperar. Do mesmo modo, caso seja bem-sucedido, não deve se ufanar.

A RESSURREIÇÃO E O DIA DO JUÍZO FINAL

A ressurreição é a vivificação do ser humano após a sua morte. A outra vida é superior a esta, que ora vivemos e nela o ser humano colhe os frutos de suas obras nesta vida. Algumas pessoas pensam que suas obras não serão registradas e que o tempo se encarrega de apagá-las. Não há arquivo tão perfeito quanto o Registro de Deus para as obras do homem (OLIVEIRA, 2001a).

Todos esses atos serão registrados, desde a sua maioridade, até a sua morte. Para que nenhuma palavra ou ato sejam omitidos, Deus destinou anjos, que acompanham cada um dos homens, todo o tempo, registrando tudo o que ele efetua.

O HIJAB E O JIHAD

Durante o período pré-islâmico, algumas mulheres costumavam sair à rua expondo as partes mais atraentes dos seus corpos, como pescoço, a parte superior do peito e o cabelo – com o que eram assediadas por vadios e lúbricos.

Mas Deus revelou ao Profeta Muhammad, ordenando à mulher crente que se cubra com sua *hijab* (lenço, véu manta, cobertura) para sair de seu lar, de tal maneira que nenhum de seus atrativos fique visível; porque desta maneira sua aparência torna claro a todos que ela é muçulmana, honrada, casta, e nenhum hipócrita ousará molestá-la. Desta maneira, são avaliadas a inteligência e a habilidade das mulheres, em vez de olhares e sexualidade.

A exposição do rosto e das mãos é permissível. Entretanto, excluem os cosméticos atualmente usados em faces, lábios e unhas, que são considerados um excesso e não devem ser usados a não ser dentro da própria casa da mulher, quando não houver homens presentes (OLIVEIRA, 2001b).

O objetivo das mulheres, quando usam tais cosméticos para sair de casa, obviamente é o de atrair a atenção dos homens para si, o que é ilícito. As roupas da mulher muçulmana devem estar de acordo com os padrões estabelecidos pela *Shari'a* islâmica, seu vestido deve cobrir todo o corpo, com exceção daquilo que é normalmente visível. Posto que, não sendo transparente, a roupa de uma mulher muçulmana não deve ser demasiadamente justa, para não delinear as partes do seu corpo. Além disso, a mulher muçulmana não deve usar roupas feitas especificamente para os homens (OLIVEIRA, 2001b).

Linguisticamente, a palavra árabe *jihad* significa 'esforço' ou 'empenho' e se aplica a todo esforço ou empenho despendido na execução de qualquer ação. Na verdade, é uma árdua luta colocar Deus à frente de todas as nossas preferências, entes queridos, riquezas e ambições mundanas.

A vida do Profeta Muhammad foi cheia de *jihad* para conquistar a liberdade de informar e transmitir a mensagem do Islã (OLIVEIRA, 2001a). É preciso muita coragem, para em condições adversas permanecer muçulmano, declarar-se muçulmano e convocar os outros para o Islã.

O Islã não ensina, nem os muçulmanos desejam a conversão de qualquer pessoa por medo, ganância, casamento ou qualquer outra forma de coerção. O termo *Jihad* é o empenho no caminho de Deus com a caneta, a palavra, as mãos, a mídia e, se inevitável, com as armas. O Alcorão permite a luta para a defesa dos muçulmanos e da religião.

Não é fácil resistir e se empenhar na dedicação e no amor a Deus acima de tudo. Quando se depara com dois interesses conflitantes começa a *jihad*, para fazer a escolha certa.

Isbelle (2007) refere existir dois tipos de *jihad* no Islã: o *jihad* maior e o *jihad* menor.

O *jihad* maior é o esforço ou o empenho que o muçulmano faz individualmente a fim de não se deixar cair em tentações e de cometer pecados. Por conseguinte, é um empenho contínuo para corrigir os defeitos e as falhas, aprimorar e aperfeiçoar as ações e a conduta. Seguindo o Islã corretamente, procurando fazer tudo que agrada a Deus e se afastar de tudo que o desagrada.

O *jihad* menor é todo esforço ou empenho do muçulmano pela causa de Deus, como a guisa de exemplo, divulgar o Islã no campo intelectual, ou seja, das ideias, mostrando através de evidências a verdade se contrapondo à falsidade e a justiça contra a injustiça. Retirar os obstáculos do caminho das pessoas, como uma casca de banana, dentre outros, podendo também se caracterizar como uma forma de *jihad* menor, o confronto armado, mas a guerra não é um objetivo do Islã nem é a ação normal dos muçulmanos (ISBELLE, 2007).

Os muçulmanos devem remover à tirania, a traição, a intolerância e introduzir a justiça e a equidade. Remover a imoralidade, o medo, o crime, a exploração – que são substituídos pela moralidade divina, pela paz e pela educação.

FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO

Para a mente ocidental, fundamentalismo significa uma rejeição à modernização e ao novo. Esta impressão surgiu quando o fundamentalismo cristão era visto como se opondo à ciência e à inovação e perseguindo cientistas e intelectuais, com base em acusações frágeis, argumentos falsos e princípios dogmáticos irracionais.

O fundamentalismo, de acordo com o Islã, é o exato oposto daquele existente no Ocidente (OLIVEIRA, 2001a). Fundamentalismo, no Islã, significa adesão ao modo de comportamento e aos valores de sua primeira geração. Já Islã é uma palavra de origem árabe e implica submissão, entrega e obediência voluntária. Isto significa que só se pode encontrar a paz física e mental por meio de submissão e obediência voluntária a Deus.

Islâmico ou Muçulmano é todo aquele que se submete a Deus, de livre e espontânea vontade. É o indivíduo que, em qualquer parte do mundo, faz com que toda a sua obediência, dedicação e lealdade sejam exclusivamente para Deus.

O Alcorão é a palavra de Deus revelada ao Profeta Muhammad por meio do anjo Gabriel. A ordem em que estão distribuídas suas várias matérias, a pureza, a originalidade e integridade do seu texto não deixam dúvidas sobre a sua autenticidade (OLIVEIRA, 2001a). Os investigadores concluem que hoje, o Alcorão se mantém tal qual era quando foi revelado: nunca lhe foi acrescentado nada, nunca houve qualquer omissão ou corrupção.

Quando o Profeta Muhammad lançou pela primeira vez o chamado de Deus, sua única força foi o Alcorão. Foi o bastante, pois o penetrante dinamismo do Alcorão é

tremendamente irresistível. O Alcorão aceita o homem pelo que ele é e o exorta a ser o que pode ser. Isto não faz do ser humano criatura sem esperança, condenada desde o nascimento até a morte, afogado em pecados desde o berço até o túmulo, mas o considera honrado e digno (OLIVEIRA, 2001a).

Em todas as suas dimensões, a sabedoria do Islã é concludente, não condena ninguém, nem tortura a carne ou faz com que ela abandone a alma, não pretende humanizar Deus e nem divinizar o ser humano: tudo está cuidadosamente em seu lugar, dentro do esquema total da criação.

O verdadeiro conhecimento é indispensável e muito se distancia daquilo que pode ser identificado como cultura inútil. A análise problemática humana demonstra que o comportamento humano, ainda hoje, não se diferencia muito daquele havido na Idade da Pedra. É possível compreender que Deus permitiu e determinou a todas as pessoas, a Senda Reta, o caminho que não leva aos abismos da ignorância.

Para tanto, enviou a todos, como ajuda e aviso, os ensinamentos do que é verdadeiro, do que é certo e do que é justo. A afirmação de alguns de que se trata de literatura, em especial literatura árabe, não se aplica ao milagre havido pela manifestação da mensagem revelada à humanidade por meio do profeta Muhammad (OLIVEIRA, 2001a).

A crença muçulmana de que Muhammad é o último Profeta de Deus foi mal entendida por muitos povos. De maneira alguma, ela significa que Deus fechou as portas da sua misericórdia. Tampouco é sinal de que Deus preferiu os árabes. A mensagem de Muhammad não é simplesmente um renascimento nacional ou um monopólio racial ou uma entrega temporária à escravidão e à opressão. Os muçulmanos acreditam que Muhammad é o último Profeta, porque a mensagem do profeta tem as mais altas qualidades de uma fé verdadeiramente universal e concludente.

Com o profeta Muhammad e o Alcorão, a evolução religiosa culminou. No entanto, isto não significa o fim da história ou término da necessidade humana do guia divino, pois se trata apenas do início de uma nova aproximação, a inauguração de uma nova era, com o homem sendo suficientemente provido de encaminhamento divino e de exemplos práticos.

O fato de Deus determinar Muhammad como seu último Profeta foi um testemunho solene, para o grande papel que os conhecimentos avançados e os sérios compromissos passariam a ter na condução do ser humano até o Altíssimo, pois os homens podem combinar os seus conhecimentos avançados, o seu forte potencial intelectual com os ensinamentos morais e com as leis de Deus.

A Bíblia Sagrada anuncia a vinda de Muhammad, embora não o nomeie como verdadeiro e autêntico apóstolo de Deus. O Velho Testamento informa que Ismael, filho de Abraão e Hagar, cresceu e viveu nas terras de Parã, que é o nome bíblico de Makkah, onde

nasceu o Profeta Muhammad. Ismael é o pai dos árabes dos quais o Profeta Muhammad é descendente (OLIVEIRA, 2001a).

Alguns versículos falam de um profeta no meio dos seus irmãos. Os irmãos são os descendentes de Ismael, irmão de Isaac, que são os árabes. Os profetas de Israel foram todos das terras palestinas: o único profeta da região de Temã e Parã foi Muhammad.

O Islã considera Jesus um dos grandes profetas de Deus e o respeita tanto quanto a Abraão, Moisés e Muhammad. Jesus é um dos profetas das terras palestinas, ele anunciou que a pedra rejeitada pelos construtores havia sido escolhida por Deus para tornar-se a pedra fundamental. Com isso ele estava dizendo que os filhos de Ismael, que foram rejeitados e despojados pelos filhos de Isaac, mais tarde (Jacó) passou a se chamar Israel, o escolhido por Deus para sua maior graça.

Nas profecias, Jesus fala de um Conselheiro que nunca esteve presente entre nós e que viria logo após a sua partida deste mundo. As características do Conselheiro, como pode se deduzir da profecia, são as seguintes: ele não virá enquanto Jesus não partir; ele permanecerá sempre com os crentes; ele glorificará Jesus; ele falará aquilo que ouvir de Deus.

Destarte, as considerações do Alcorão Sagrado sobre Jesus começam abordando a concepção de sua mãe, Maria. A esposa de Imram, mãe de Maria, fez o voto de dedicar à criança que teria a serviço de Deus no templo.

Quando Maria tornou-se adulta, o anjo Gabriel apareceu a ela personificado como um homem, trazendo-lhe a notícia de que ela iria ter um filho. Maria milagrosamente gestou a criança e se retirou para um lugar distante onde aguardou seu parto (OLIVEIRA, 2001b).

A missão de Jesus é anunciada de duas maneiras: ele iria ser um sinal para os homens, visto que seu maravilhoso nascimento e sua maravilhosa vida reintroduziriam Deus num mundo ateu, e ele traria consolo e salvação aos que se arrependessem.

O Alcorão Sagrado reconhece o fato de Jesus não ter nenhum pai humano, contudo, isso não o faz filho de Deus na acepção literal, e sim na linguagem simbólica de seguidor e adorador fiel. Por este critério, Adão estaria muito mais habilitado a ser o filho de Deus, porque não tinha pai e nem mãe.

Jesus foi um dos elos da longa cadeia de profetas e mensageiros que foram enviados por Deus para as várias sociedades e nações, sempre que elas necessitavam de orientação ou se desviavam dos ensinamentos de Deus. Foi elevado ao céu sem morrer, e isto significa que, de acordo com o Alcorão Sagrado, ele não foi crucificado: o plano dos inimigos de Jesus era coloca-lo para morrer na cruz, contudo Deus o salvou.

OS ESTÁGIOS DA CRIAÇÃO

No Alcorão, escritura sagrada, relata que os humanos são produzidos de uma mistura de secreções do homem e da mulher. Muitas referências são feitas à criação do ser humano a partir de uma gota de esperma é também sugerido que o organismo resultante se acomoda na mulher, como uma semente, seis dias após o seu começo. O embrião desenvolvido será considerado um ser humano a partir de quarenta ou quarenta e dois dias, e mais lembra um embrião animal nesta fase (AL-REHAILI, s/d).

O Alcorão, também afirma que o embrião se desenvolve em três véus de escuridão, provavelmente quer se referir à parede abdominal materna anterior, à parede uterina e à membrana amniótica.

Os estudos intensivos do Alcorão Sagrado e dos *ahadith* revelaram, nos últimos quatro anos, um sistema fantástico de classificar os embriões humanos, se considerarmos que foram registrados no século VII d.C. A única conclusão razoável é que essas descrições foram reveladas a Muhammad por Deus. O Profeta Muhammad não poderia saber de tais detalhes porque era analfabeto, sem qualquer conhecimento científico.

A ORAÇÃO NO ISLÃ

A oração é considerada a base fundamental da religião. A oração é a primeira das adorações instituídas por Deus no Islã. É citada no Alcorão mais de cento e dezessete vezes. A obrigatoriedade da oração veio expressa tanto no Alcorão como na *Sunna*.

A oração islâmica é um conjunto perfeito no qual o muçulmano alcança diversos benefícios, na parte espiritual, ele alcança paz de espírito, elevando-o na parte física, ele realiza um exercício diário, por meio dos seus movimentos, com isso beneficiando o seu corpo, além de ser um estímulo à utilização da razão – a partir do momento em que tem que saber o que diz na oração, raciocinando sobre os versículos recitados.

Deus não precisa da nossa oração, porque ele está livre de qualquer necessidade. Nós é que precisamos dela, pois ela nos traz inúmeros benefícios, como o de estar imprimindo a organização, a disciplina, a perseverança e a ordem na nossa vida. Além do mais, a oração faz com que os muçulmanos se reencontrem pelo menos cinco vezes ao dia, fortalecendo os laços de amizade.

Uma das condições para se efetuarem as orações é que o local onde o muçulmano vai orar esteja sem vestígios de impurezas como fezes, urina, saliva de cachorro, sêmen, álcool e sangue. Da mesma forma, as roupas têm que estar sem vestígios das mesmas impurezas. E em relação ao corpo, cumpre efetuar a ablução.

Os muçulmanos de todos os cantos do planeta, ao realizarem as cinco orações

diárias na alvorada, ao meio-dia, à tarde, no pôr-do-sol e a noite, como recomenda Deus, precisam se voltar em direção a Makka. Quem desconhece sua direção deverá, através da dedução, direcionar-se para aquela que lhe parece a mais acertada, ter em sua mente e em seu coração a intenção de praticar a oração.

As vestimentas também devem estar adequadas para a prática das orações: o homem deve cobrir-se no mínimo do umbigo até o joelho, e a mulher, o corpo todo, com exceção do rosto, das mãos e dos pés. Nem uns, nem outros deverão usar roupas transparentes ou apertadas que marquem o corpo.

Todos os homens que tenham alcançado a puberdade e sejam residentes em um povoado, na prática da oração semanal de sexta-feira ao meio-dia, devem acompanhar o sermão que consiste em ensinamentos, aconselhamentos e orientações relativas aos problemas ocorridos na sociedade ou lições ligadas ao Islã.

ADHAN

Adhan é o nome dado ao chamado para o início das orações dos muçulmanos. O *muezin* se põe de pé voltado para Makka, com ambas as mãos próximas as orelhas. O *adhan* é pronunciado em voz alta e de forma melodiosa pelo *muezin*, do alto dos minaretes das mesquitas de todo o orbe terrestre, convocando os muçulmanos para cada uma das cinco orações do dia. Quando houver terminado o *adhan*, devemos suplicar a Deus as suas bênçãos ao Profeta Muhammad (ISLAN EM LINHA, s/d).

O BANHO COMPLETO - GHUSL

Este banho consiste em fazer com que a água flua por todo o corpo, inclusive pelos cabelos. É a melhor maneira de se limpar o corpo completamente, livrando-o de todas as impurezas.

O *ghusl* é necessário quando houver ocorrido ejaculação de esperma; quando tiver havido contato entre os órgãos genitais de um homem e os de uma mulher, posto que não tenha ocorrido ejaculação; ejaculação durante o sono; ao termino do período menstrual da mulher; a mulher que tenha dado à luz deve banhar-se quarenta dias após o parto; no término do resguardo ou quando se interromper definitivamente a hemorragia; antes da oração de *Jummah* das sextas-feiras ao meio-dia; e quando alguém se converte ao islamismo (CENTER FOR MUSLIM LIFE, s/d).

Wudu ou ablução são os procedimentos para limpeza do corpo antes da realização das *salat*. O Profeta Muhammad explicou, claramente, a maneira mais operacional de se fazer as abluções:

Prepara-se água limpa, em seguida direciona-se o pensamento de se fazer a

ablução a fim de se cumprir o dever da oração. As mãos são lavadas três vezes seguidas, sem olvidar os espaços entre os dedos, esfregando-as bem. Depois disso, recolhe-se a água com as mãos em concha, enxagua-se a boca, cuidadosamente, por três vezes. Aspira-se água pelo nariz e inspira-se pela boca, por três vezes. Lava-se o rosto três vezes, assegurando-se de que a água chegue a toda superfície do rosto, incluindo as pálpebras. Lavam-se os braços, até a altura dos cotovelos, três vezes. As mãos molhadas são levadas a cabeça, de frente para trás e de trás para frente. Passam-se as mãos molhadas nas orelhas, por dentro e por fora, mas sem molhar novamente: devemos fazer isso com a água que ainda permanece nas mãos. Lavam-se os pés até a altura dos tornozelos, três vezes, começando pelo pé direito (IQARAISLAM, 2014; ARRESALA, 2014).

Quando alguém é acometido por alguma enfermidade crônica, isso não anula a *wudu*. Diversos são os atos que anulam a ablução.

O primeiro objetivo é a limpeza ou a pureza do corpo, mas a limpeza espiritual e a pureza da alma é o objetivo principal da religião.

Os anulativos são: a saída de excrementos, urina, gases, corrimento, ou mesmo alguma incontinência transitória; dormir profundamente; o desmaio ou a perda total da consciência; o contato voluntário com uma mulher, com intenções libidinosas; tocar os próprios órgãos genitais ou de outra pessoa, expressa e diretamente, sem a proteção das vestes; vômito. Caso isso ocorra, faz-se repetir a ablução,

IQAMAT

Havendo o *muezim* executado o primeiro chamado para a *salat*, figura na *Sunna* ele permitir o decurso de certo tempo, suficiente para o *Wudhu*.

A *Iqamat* começa quando estão reunidas todas as condições necessárias para a realização da oração (ALISLAM, s/d).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, sempre se faz mister perquirir e aplicar com meticulosidade o magistério dado a lume pelo Sheikh Abu Osman:

Disse Deus o Altíssimo: "Falai ao próximo com benevolência" (Alcorão - 2:83). E Disse também: "Convoca (os humanos) à senda do teu Senhor com sabedoria, pela exortação e dialoga com eles com benevolência" (Alcorão 16:125). Disse o profeta Muhammad (S.A.A.S.): "A boa palavra equivale uma caridade". Existem no Alcorão 527 versículos que falam sobre o diálogo. As orientações do Alcorão tanto quanto a do Profeta Muhammad (S.A.A.S.), são claras quanto o diálogo entre os muçulmanos entre si e entre os não muçulmanos também. Tais orientações reconhecem que os seres

humanos podem divergir quanto às suas ideias e mentalidades, isso é natural, e os muçulmanos têm a obrigação moral e religiosa de respeitar as opiniões diferentes e pensamentos diferentes e consideram que os diferentes pensamentos poderão desenvolver melhor o convívio entre as pessoas, uma vez que nós muçulmanos somos proibidos de impor a nossa religião aos demais (EL HAYEK, 2006).

REFERÊNCIAS

AL ISLAM. **Iqamat (iqamah)**. 1 página. Islamabad, [s/d, atualizado em 2019]. Disponível em: <https://www.alislam.org/book/salat/iqamah/> Acesso em: 12 ago. 2019.

AL-REHAILI, A. M. **Os estágios da criação do homem**. Série “Está é a verdade”. 1 página. [s/d, atualizado 2019]. Rio de Janeiro: Sociedade Beneficente Muçumana do Rio de Janeiro, Disponível em: <http://www.islamemlinha.com/index.php/artigos/a-ciencia/item/os-estagios-da-criacao-do-homem-b>

ARRESALA. **A ablução e suas razões**. 1 página. São Paulo, [publicado em 2014; atualizado em 2017]. Disponível em: <https://arresala.org.br/biblioteca/a-ablucao-e-suas-razoes> Acesso em: 12 ago. 2019.

CENTER FOR MUSLIM LIFE. Jumah. **Duke University**, Durham, [s/d, atualizado 2019]. Disponível em: <https://studentaffairs.duke.edu/muslimlife/religious-activities/jumah> Acesso em: 29 jul. 2019.

EL HAYEK, S. (tradução). **Alcorão Sagrado**. Foz do Iguaçu: Centro Cultural Beneficente Árabe Islâmico de Foz do Iguaçu, 2006. 1322 p. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/alcorao.html> Acesso em: 30 jul. 2019.

HAWKINS, J. **História das religiões**. São Paulo: Editora M. Books. 2017. 216p.

IQARAISLAM. **Como realizar o banho ritual (ghusl) de acordo com a Sunnah**. 1 página. [publicado em 2014]. Disponível em: <https://iqaraislam.com/como-realizar-o-banho-ritual-ghusl-de-acordo-com-a-sunnah/> Acesso em: 12 ago. 2019.

ISBELLE, S. A. **O Estado islâmico e sua organização: sistema político, sistema econômico, sistema jurídico, sistema penal, conceito de Jihad**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007. 224p.

ISLAN EM LINHA. **Adran: o chamado para a oração**. 1 página. [s/d, atualizado 2019]. Disponível em: <http://www.islamemlinha.com/index.php/artigos/islam/item/adhan-o-chamado-para-a-oracao> Acesso em: 12 ago. 2019.

MOHAMAD, A. **Mohamad, o mensageiro de Deus**. São Paulo: Centro de Divulgação do islam para a América latina, Wany, 1989. 452 p.

OLIVEIRA, P. E. **Para compreender o Islã e os muçulmanos**. Niterói: Hereses, 2011a. 250 p.

OLIVEIRA, P. E. **A mulher muçulmana: segundo o Alcorão**. Rio de Janeiro: Palavra & Imagem, 2001b. 103p.

ECUMENISMO: ANÁLISE A PARTIR DO PENSAMENTO DE ELIAS WOLFF

Joel Haroldo Baade

Doutor. Docente nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade e Profissional em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Caçador, Santa Catarina, Brasil.

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC. Docente e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Uniarp. Caçador, Santa Catarina, Brasil.

Primeira versão do texto publicada em 2015 em Azusa - Revista de Estudos Pentecostais.

RESUMO: Com fulcro na obra de Wolff (2002; 2004; 2007), este artigo registra a doutrina ecumênica, envolvendo as comunidades cristãs, partindo da premissa, formulada pelo autbase, quanto à existência de juízo de valor ético das diferentes tradições religiosas, isto é, o trabalho dividido em benefício de uma renovada irmandade entre os seres humanos e a atenção especial com o Planeta. A religião contida dentro da espiral da reconciliação. Também para as formulações doutrinárias da fé cristã, há inquietações de ordem e procedência diversas que apontam para a necessidade de revisão do dogma central da unicidade e singularidade de Jesus na mediação da

salvícia universal. O Cristianismo deve atender ao risco permanente do colonialismo ocidental. O Cristianismo necessita converter-se de seu fechamento ocidental e abdicar de toda identificação entre a catolicidade do cristão e a universalidade do ocidental. Como enfatiza Wolff, não haverá paz no mundo sem paz entre as religiões. No século XXI, o pluralismo religioso demonstra uma importância inevitável no novo cenário que se inicia. É observável uma presença crescente da diversidade religiosa no panorama mundial. Posto que ainda incipiente, faz-se mister efetuar abordagem iniciática do ecumenismo, para que a experiência continue avançando.

PALAVRAS-CHAVE: Ecumenismo. Elias Wolff. Pluralismo religioso.

THE ECUMENISM: ANALYSIS FROM THE THINKING OF ELIAS WOLFF

ABSTRACT: Based in the work of Wolff (2002; 2004; 2007), this paper records the ecumenical doctrine, involving the Christian communities, on the premise formulated by self basis, referring the existence of ethical value judgments of different religious traditions, that is, the work divided into benefit of a renewed brotherhood between humans and special attention to the Planet. The religion contained within the spiral of reconciliation. Also for the doctrinal formulations of the Christian faith, there are privacy concerns and various merits pointing to the need to review the central dogma of the unity and uniqueness of Jesus in mediating universal salvation. Christianity

should be aware of the constant risk of Western colonialism. Christianity needs to become his close Western and relinquish any identification between the catholicity and universality of the Christian West. As Wolff emphasizes, there will be no world peace without peace among religions. In the twenty-first century, religious pluralism demonstrates an inevitable importance in the new scenario begins. It is observable a growing presence of religious diversity on the global scene. Though still in its infancy, it is mister to make initiatory approach to ecumenism, so the experiment continues to advance.

KEYWORDS: Ecumenism. Elias Wolff. Religious pluralism.

INTRODUÇÃO

De acordo com Sinner, a obra de Elias Wolff, com amplo conhecimento, engajamento e atitude de respeito às discrepâncias, consegue demonstrar a necessidade do ecumenismo e suas formas atuais, definindo que isso acontece por meio do (*diá*) do encontro de saberes (*logos*) diferentes da fé cristã que se constrói a possibilidade da *oikoumene* na compreensão e vivência do *kerygma* cristão. (SINNER, 2003).

Segundo próprio Wolf, “um dos desafios mais urgentes para a reflexão teológica na atualidade é orientar o diálogo entre as diferentes concepções de Deus, da Igreja, do ser humano, da vida no planeta, apresentado pelas igrejas e religiões. (WOLFF, 2002, p. 15).

Salienta, outrossim, a pertinência deste fato, mais especificamente, por meio do diálogo ecumênico no Brasil a partir das igrejas-membro do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC). Restringe-se, por conseguinte, ao ecumenismo cristão entre as Igrejas Católica Apostólica Romana, Cristã Reformada, Episcopal Anglicana do Brasil, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Metodista, Católica Ortodoxa Siriana do Brasil e Presbiteriana Unida. (WOLFF, 2002, p. 17).

Faz-se mister clangorar que, com exceção da primeira, estas igrejas representam parcelas da nação brasileira, tendo ainda expressão regionalizada. A crescente minoria conhecida como “evangélica” são das igrejas pentecostais e neopentecostais, em sua maioria alheias ao ecumenismo.

As ideias do autor não representam necessariamente uma postura majoritária, contudo consegue fazer uma ponte entre ecumenismo de cunho institucional no Brasil e no mundo, por meio de diálogos bilaterais e multilaterais. Faz-se mister, porém, um ecumenismo de diálogo e consenso, indispensável para a continuidade dos laços fraternos estabelecidos a partir de contatos pessoais e colaborações na prática.

Pikaza (2008), à guisa de exemplo, destaca que os cristãos só podem afirmar sua identidade se buscarem o bem dos demais, isto é, dos não cristãos, mais que o seu próprio. Um cristão que quisesse o triunfo exclusivo de sua Igreja não seria seguidor daquele Jesus que morreu precisamente por negar a imposição de um tipo de sistema religioso particular

e que ressuscitou para abrir o Reino, de modo afetivo, espiritual e humano, a todas as pessoas. O cristianismo só é verdadeiro quando, sendo o que é, é inspiração ou movimento que se abre para as demais religiões, conspirando com elas para explorar melhor a riqueza da vida que sempre supera a existência individual.

Nesse sentido, nenhum sistema religioso está apto a afirmar-se absoluto, pois o mistério ao qual os sistemas religiosos fazem alusão jamais poderá ser exaurido.

Existe sempre um além no mistério que aparece como objeto de culto das igrejas e religiões e, conseqüentemente, objeto da reflexão teológica, que não pode ser apreendido em sua totalidade, o que mostra que qualquer compreensão que dele se tenha será sempre limitada.

Reconhecido este fato, deve-se reconhecer também que as diferentes apropriações do mistério têm a sua identidade definida e formulada de modo legitimamente autônomo. Cabe, portanto, à teologia a tarefa de cessar com os seus “eternos monólogos” para adentrar às possibilidades de “diá-logos”, pois “só no horizonte dos diálogos é possível o encontro de diferentes saberes acerca do mesmo objeto”. (WOLFF, 2002, p. 17).

ONTOLOGIA ECUMÊNICA

Wolff relata que os organismos ecumênicos são manifestações dos esforços por congregar os ideais da unidade e da comunhão entre pessoas, sociedades, culturas, igrejas e religiões. Aspiram pela realização da *oikoumene* como o espaço de vida comum entre todos. Em sua grande maioria, trabalham em duas frentes, simultaneamente, a saber: a religiosa, particularmente na busca da realização da unidade dos cristãos; e a social, buscando um outro mundo possível. Ao mesmo tempo em que expressam e fortalecem a aspiração ecumênica, prestam também um serviço imprescindível aos ideais por uma sociedade melhor, mais justa, fraterna e solidária. (WOLFF, 2006).

Já em “Caminhos do ecumenismo no Brasil”, Wolff havia salientado que:

Os desafios para o ecumenismo apresentam-se em dois principais horizontes: no interior do pluralismo eclesial e no interior da sociedade, sendo que nesta, além das questões sociais, o diálogo precisa contemplar também as questões oriundas do pluralismo religioso. Tais desafios são de natureza teológica, pastoral e social. (WOLFF, 2002, p. 73).

Muitos são os organismos ecumênicos no Brasil, cada um com sua proposta específica, sua finalidade, sua metodologia de trabalho. Essa variedade faz com que os organismos consigam contemplar, em suas agendas, a totalidade das lutas sociais. Wolff ainda afirma a existência de organismos que se ocupam com as questões sociais em geral e outros que se dedicam a uma causa específica, como a violência infantil, as relações de gênero, as questões do trabalho, a ecologia e meio ambiente, e a educação. (WOLFF,

2006). Pode-se dizer, em consonância com o pensador, que toda a vida social é assumida pelos organismos ecumênicos. Eles são, dessa forma, dinamizadores de propostas por uma vida na justiça da partilha das condições de sobrevivência para todas as pessoas.

Para Sinner, ao analisar textos de Wolff, o autor enfatiza que o ecumenismo no Brasil tem o diferencial de ter surgido da cooperação na luta contra a opressão e pela libertação e da opção pelos pobres realizado pela Igreja Católica Romana e por algumas igrejas evangélicas. (SINNER, 2008).

O autor, fulcro deste artigo, apresenta uma ampla introdução à temática, demonstrando os desafios para o ecumenismo no Brasil. Além disso, descreve a existência de fatores jurídicos, teológicos e pastorais que fazem com que a situação do pluralismo cristão no Brasil seja tão complexa e, por conseguinte, o diálogo, tão difícil. Existem muitos desencontros, especialmente entre o catolicismo romano e o protestantismo de missão que procura inserir-se no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX. (WOLFF, 2002, p. 61).

Todavia, as igrejas adversam reptos que lhes são comuns, quais sejam, o crescimento célere do pentecostalismo, a diversidade religiosa – que não segue os padrões da Europa e, por conseguinte, precisa de uma resposta diferente – e a situação social no país criam conflitos (ideológicos, econômico-sociais, de raça e de gênero) dentro das próprias igrejas. (WOLFF, 2002, p. 70).

A partir dessa constatação, Wolff acentua que:

[...] torna-se difícil delinear o problema de como chegar a plasmar a unidade do povo de Deus no interior de uma sociedade dividida. As igrejas são interpeladas por essa realidade, sobretudo quando se considera que ela tem provocado e provoca o sofrimento injusto e a morte de membros do povo de Deus. (WOLFF, 2002, p. 72).

No alvitre de Sinner, Elias Wolff demonstra que existe uma história do ecumenismo no Brasil a partir da criação da Aliança Evangélica Brasileira (AEVB), em 1903, quando se tem início o ecumenismo interprotestante, seguido por uma segunda fase, a partir de 1960, com a entrada de católicos romanos e anglicanos, e uma terceira, que se inicia em 1982, com a formação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC). (WOLFF, 2002, p. 77-80; 20002, p. 103; 2002, p. 128). Nesses anos, foi observado que as expressões institucionais do ecumenismo tiveram um caráter mais técnico. (SINNER, 2008).

A obra de Wolff indaga ainda pelo fundamento teológico para o ecumenismo, partindo do pressuposto “de que unidade, enquanto aspiração cristã, tem fundamentação teológica”. (WOLFF, 2002, p. 155).

Segundo o autor, há diversos fatores nas várias igrejas que complicam o diálogo

ecumênico, entre eles, a indiferença e o fundamentalismo. Alguns fatores são tidos como despertadores para a consciência ecumênica, como o Concílio Vaticano II com seu decreto sobre o ecumenismo (“*Unitatis redintegratio*”) e as conferências regionais (Medellín, Puebla, Santo Domingo) que o seguiram, bem como a Encíclica papal “*Ut unum sint*”, de 1995. Da mesma forma, ressalta-se ainda a importância de entidades ecumênicas e o nascimento da Teologia da Libertação, empreitada ecumênica desde o início. (WOLFF, 2002, p. 155; SINNER, 2008).

Diante dos grandes desafios, que lhes são comuns, cristãos, teólogos e lideranças das várias igrejas começam a colaborar. As iniciativas foram locais, mas com repercussão e apoio internacional. Entretanto, elas não foram suficientes para a elaboração de uma “proposta articulada de ‘teologia ecumênica’”. (WOLFF, 2002, *apud* SINNER, 2008).

Fatores sociais, eclesiais e teológicos que podem fundamentar o ecumenismo encontram-se implicados nessas ações, segundo Wolff, mas:

O que se faz necessário é articular esses fatores, acreditando que nos encontros e desencontros entre eles é possível a verificação de elementos que possibilitem explicitar a existência de uma perspectiva ecumênica na reflexão da fé, explícita ou não nos trabalhos de teólogos das diversas igrejas que promovem o diálogo ecumênico local. (WOLFF, 2002, p. 155).

Nesse propósito, Wolff insiste ainda que para a importância de uma “proposta metodológica para a reflexão da fé”, em que é preciso um aprofundamento teológico, além de uma simples colaboração. (WOLFF, 2002, p. 170; SINNER, 2008).

Para tal, é preciso uma metodologia baseada numa hermenêutica da Bíblia e da Tradição, enfatizando o aspecto da *koinonia*/comunhão.

O testemunho da *koinonia* implica em aceitar o risco difícil de viver juntos, na mesma comunidade, embora divergindo e assumindo no Espírito de Cristo as contradições do nosso tempo: “a aceitação do risco de prolongar o diálogo [...] A *koinonia* tem perspectiva missionária e propedêutica: testemunha e ensina a viver a fé em Deus”. Assim, na medida em que as igrejas testemunham a *koinonia* alimentando-a pela vivência da fé, na celebração dos sacramentos, na prática da caridade e na comunhão com os pastores, o mundo pode reconhecê-las como o lugar da adoração do verdadeiro Deus (1Cor 14,23-25). (WOLFF, 2002, p. 199).

Por isso, o autor, do mesmo vértice, propõe a convivência dos cristãos, a cooperação ecumênica e o diálogo teológico-doutrinal, como momentos da teologia ecumênica, e o testemunho em comum como aspecto fundamental do caminho do ecumenismo. Ressalta, com direito, na necessária reconciliação entre o ecumenismo “prático” e o ecumenismo “doutrinal”, sendo estes, na verdade, as duas faces da mesma moeda. (WOLFF, 2002, p. 188-189, 191-192).

Adita, outrossim, que uma reflexão sistemática na perspectiva ecumênica, centrada no amplo horizonte da *koinonia*, avance para além das dificuldades que deixam a Teologia da Libertação numa “estagnação” e “perplexidade”. O autor destaca a importância do horizonte temático da teologia ecumênica, com aspectos bíblicos, históricos, culturais, missiológicos, escatológicos e místicos. (WOLFF, 201; 2002, p. 203, 209, 213, 218, 223, 227).

Nesse sentido, Wolff acentua que: os estudos históricos, teológicos e pastorais tanto da Igreja Católica quanto de outras comunhões eclesiais no Brasil apresentam uma profunda carência na apresentação das suas relações ecumênicas. O caráter eminentemente confessional desses estudos tende a desconsiderar, na maioria das vezes, a sua dimensão ecumênica, e quando a temática aparece é, normalmente, apenas um item entre outros, quase como um fenômeno estranho no contexto histórico, teológico e pastoral das igrejas. (WOLFF, 2001).

Wolff empreende elementos constitutivos da unidade da Igreja, ressaltando o consenso já alcançado, e questões de contínua divergência. Estes elementos incluem a compreensão da própria natureza da igreja – que pode ser tido como um aspecto de grande importância (e divisório) no diálogo ecumênico. (WOLFF, 2004).

A partir disso, o autor afirma que o ponto de partida para a unidade é:

a constatação de que [...] existe a busca da unidade. Essa exige, de um lado, a identificação dos elementos que constituem a unidade e, de outro lado, a comunhão das igrejas nesses elementos. Essa identificação e comunhão vão se explicitando no processo do diálogo ecumênico, de acordo com os seus agentes, o contexto socioeclesial e a intensidade com que as instituições eclesiais e os cristãos nele se integram. (WOLFF, 2002, p. 233).

A variedade de expressões eclesiais não significa necessariamente uma contraditoriedade, o que se deve buscar é a unidade em conteúdo e não uniformidade nas suas formas de expressão. Este, aliás, já foi uma das constatações entre os reformadores protestantes do século XVI. Na Confissão de Augsburgo, em seu artigo 7, lê-se: “E para a verdadeira unidade da igreja cristã não é necessário que em toda a parte se observem cerimônias uniformes instituídas pelos homens”. (PORTAL LUTERANO, 2022).

Outro fator destacado é a unidade na fé, onde são apresentados processos de diálogo ecumênico sobre a confissão de fé e a doutrina da justificação, áreas nas quais foram alcançados consensos bastante amplos. Em síntese, os elementos convergentes na compressão da fé estão no seu entendimento como um dom que vem do próprio Deus; que o seu objeto é igualmente o próprio Deus; que ela é um ato eclesial, manifestando-se na proclamação da ressurreição de Cristo; e que a fé é também um ato humano, como resposta do ser humano à ação de Deus. (WOLFF, 2002, p. 258-281).

Sinner clagra que Wolff apresenta uma abordagem da unidade sacramental, ponto de consenso avançado no que se refere ao batismo, mas de contínua polêmica em torno da Santa Ceia/Eucaristia. (WOLFF, 2002, p. 293ss, 297ss). Entre diversos argumentos importantes, destaca a necessidade em relação ao compromisso da celebração como afirmação da unidade do corpo de Cristo, num contexto de vida em que o alimento se torna motivo de angústia e sofrimento, sendo fundamental que o sentido do repartir o pão seja experiência de partilha e solidariedade. (WOLFF, 2001; 2002, p. 310s; SINNER, 2008).

O autor destaca, ainda, a questão do ministério ordenado. Esse é considerado um dos pontos de maior divergência, de maneira especial entre católicos romanos e protestantes. Até o primado papal parece aceitável aos não romanos, especialmente aos anglicanos, como ministério universal da unidade, pressupondo um poder partilhado com outros primazes – visão igual à das igrejas ortodoxas. O dissenso, por sua vez, situa-se especialmente nas questões referentes à natureza, estrutura e sujeito do ministério ordenado. O esforço do diálogo ecumênico, pois, deve-se buscar conciliar as diferentes posições, “de modo a possibilitar futuramente um mútuo reconhecimento no serviço prestado à única Igreja de Cristo”. (WOLFF, 2002, p. 320).

Wolf, em sua obra “Caminhos do Ecumenismo no Brasil”, por fim, referencia a relação entre ecumenismo e promoção humana. O autor afirma que “as diferentes igrejas manifestam a preocupação de acompanhar e assistir o ser humano inserido no tecido das relações sociais como um fator inerente à natureza missionária que todas afirmam possuir”. (WOLFF, 2002, p. 343). Para ele, a cooperação ecumênica, promovida especialmente pelas Entidades Ecumênicas de Serviço, “surge como imperativo da comunhão na mesma fé e na mesma realidade social”. (WOLFF, 2004).

Ainda sobre o assunto, Wolff ressalta que esta práxis não pode nem deve ficar apenas com algumas pessoas, servindo como uma espécie de “tribo ecumênica”, num exclusivo “ecumenismo de base”, mas precisa perpassar os níveis eclesiais e de entidades ecumênicas. Por isso, Wolff situa a trajetória rumo à unidade em três diferentes caminhos: o teológico, o pastoral e o social. O teológico situa-se nos diálogos entre as igrejas, especialmente através de comissões e entidades ecumênicas; o pastoral sedimenta-se sobre a convicção de que há um compromisso comum de anunciar o Evangelho de Cristo para o mundo; e o social reside na necessidade partilhada de promover a vida humana de modo a superar os abismos econômicos, sociais, culturais e políticos que separam pessoas e comprometem a trajetória ecumênica. (WOLFF, 2002, p. 410s).

APONTAMENTOS PARA UM MÉTODO DE ECLESIOLOGIA ECUMÊNICA

A cooperação é entendida por Elias Wolff como parte integral da missão das igrejas,

recebendo enfoques ecumênicos em ações como a Campanha da Fraternidade 2000 – ecumênica –, espaço tradicionalmente ocupado pelos católicos romanos, mas naquele ano promovida em parceria com o CONIC. Dessa forma, fica visível que a união das igrejas na história não tem um fim em si mesma, mas apresenta-se como caminho para a unidade do gênero humano.

Wolff enfatiza que o ecumenismo pode trilhar diversos caminhos, isso tudo, com um ar refrescante e de esperança para um diálogo que vem mostrando sinais de cansaço e de graves resistências por parte de diversas igrejas. (WOLFF, 2004; Libânio, 2007, p. 9-17).

Para Wolff (2004, p. 5s):

[...] não poucos adotam atitudes que vão do fechamento e intolerância ao indiferentismo e ao relativismo. Para alguns, vigora a absolutização das posições. Para outros, um vale-tudo sincrético. Em ambos os casos foge-se da necessidade de ter de aprofundar a compreensão da realidade do pluralismo, postergando a busca de respostas aos questionamento que ele apresenta.

Isso se deve em muitos casos à fragilidade das motivações e convicções das orientações das lideranças eclesiásticas. Nesse sentido, no que concerne à formação de ministros religiosos, Wolff acentua a importância de uma “mística ecumênica”, que é entendida como disposição espiritual, implicando uma “conversão interior”, uma *kênosis*, ou seja, uma postura de humildade e serviço, facilitando a “reconciliação e o perdão mútuo”. (WOLFF, 2004, p. 6).

Eis por que a formação ecumênica nos seminários recebe uma importância fundamental: ela deve possibilitar aos futuros presbíteros um “espírito ecumênico” que se manifeste pela conversão do coração, pela renovação do comportamento e pela flexibilidade nos métodos de afirmação das suas convicções, favorecendo a manifestação da verdade da Igreja no relacionamento com as demais tradições eclesiais. (WOLFF, 2004, p. 122).

Nesses termos, a formação teológica ecumênica não pode ser mero apêndice da formação teológica geral, mas deve constituir-se em eixo transversal em todas as disciplinas teológicas e, por consequência, de toda a eclesiologia cristã. (LIBÂNIO, 2007 *apud* WOLFF, 2007, p. 12).

Em outros termos, Wolff define o ecumenismo como “princípio formal” que deve servir de “elemento orientador da reflexão, que estabelece a perspectiva ou o modo adequado para se compreender algo, no caso a Igreja em sua dimensão misteriosa e institucional”. (WOLFF, 2011, p. 33).

A edificação da unidade da Igreja, através do ecumenismo implica, ainda, diálogo entre iguais e não entre superiores e inferiores. A mística ecumênica permite ver que as divisões atingem mais os aspectos acidentais e estruturais da Igreja, no que se refere à sua manifestação visível, estruturas de organização e estruturas doutrinárias, do que a sua

essência. (SINNER, 2008). Essa postura relativiza as separações, já que adota uma visão mais profunda, procurando a unidade no próprio Deus. Destarte, é possível superar os impasses que recentes documentos eclesiais vêm reforçando. Nos termos do próprio Wolff:

No contexto plural, a eclesiologia precisa ser corajosa e profética. Precisa dialogar com o fenômeno do pluralismo eclesial, discernindo quando ele é fator e expressão da divisão e quando é expressão de positivas perspectivas eclesiais diferenciadas do evangelho. (WOLFF, 2011, p. 36).

Pode-se dizer que, antes de qualquer consenso doutrinário, o ecumenismo nasce de uma postura, de um hábito ecumênico, de um *modus vivendi*. (WOLFF, 2011, p. 34). A ideia do “prestar contas mutuamente”, mencionada em diferentes documentos ecumênicos, embora nem sempre levada à prática, postura que entende que os cristãos e as igrejas têm a tarefa de mutuamente “prestar contas” de como vivem sua fé, é fundamental para a vivência ecumênica. (SINNER, 2006). Destarte, na posição de igreja, não se pode viver como se as outras não existam. Essa postura tem uma importante raiz no pensamento do metodista argentino Bonino, conseqüentemente, uma estreita relação com o contexto latino-americano. (BONINO *apud* LIBÂNIO, 2008).

Wolff enfatiza assim, e com direito, a necessidade de uma metodologia e hermenêutica ecumênicas. A hermenêutica tem que ser expandida para tratar do relacionamento entre as igrejas, pois “o que deve se explorar é a possibilidade de que o mistério cristão seja melhor explicitado pelo encontro das diferentes hermenêuticas” confessionais, situando a teologia ecumênica “na tensão permanente entre a confessionalidade e a interconfessionalidade, a universalidade e a particularidade vivida pelos cristãos”. (SINNER, 2008; LIBÂNIO, 2007 *apud* WOLFF, 2007, p. 12-13; 2011).

Em outro momento, Wolff refere essa tensão e a necessidade do diálogo ecumênico em dois âmbitos: “no interior da Igreja, entre os discípulos-missionários de Cristo, organismos e instituições eclesiais [confessional]; e o diálogo externo, que expressa a relação da Igreja com a sociedade e sua inserção no diálogo ecumênico [interconfessional] e inter-religioso [metaconfessional]”. (WOLFF, 2008; 2011, p. 34, 44-46).

O assunto vem sendo discutido também nos bastidores da Comissão de Fé e Constituição do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). De fato, cita-se, o documento “Um tesouro em vasos de argila”, elaborado por esta Comissão. Configura-se de suma relevância a exploração do documento, porquanto trata de assuntos de interesse comum na discussão das igrejas. Efetua-se a discussão, neste texto, da “contextualidade e catolicidade” que permite cruzar as questões doutrinárias com a inserção no contexto específico do Brasil e da América Latina. (CONSELHO NACIONAL E IGREJAS CRISTÃS NO BRASIL, 2000). O documento desenvolve uma noção qualitativa da catolicidade em vez de ligá-la, nas

palavras de Wolff, a uma tradição eclesial única e à superioridade numérica. (WOLFF, 20004).

Consequência disso deve ser a de sempre diferenciar entre os “católicos romanos” ou a “Igreja Católica Romana” e os “católicos” no sentido amplo, na “catolicidade” de toda a Igreja de Cristo, diferenciação efetuada em muitos lugares. Pela mesma razão, o termo “acatólicos”, não faz sentido. Essas pessoas devem, antes, ser chamadas “cristãos não romanos”, pois também evangélicos oriundos da Reforma e, em especial, anglicanos consideram-se “católicos” segundo a Confissão de Fé de Nicéia-Constantinopla. Por questões como essa, a metodologia para uma eclesiologia ecumênica deve, necessariamente, incluir a reflexão sobre a linguagem de modo tal que se possa expressar o universo teológico que é comum a todas as igrejas. (WOLFF, 2007, p. 22-23).

Wolff faz ainda um paralelo entre o diálogo teológico-doutrinal, a cooperação prática e a missão, todas as dimensões indispensáveis para o ecumenismo. Assim, ressalta, que a busca da unidade é um compromisso com a integridade da pessoa, vendo o ecumenismo como “missão e serviço à pessoa na sociedade” . (WOLFF, 2011, p. 67). Por conseguinte, inclui o engajamento pela cidadania, indispensável num país onde seu pleno exercício ainda é inacessível para grande parcela da população. Este aspecto é considerado uma contribuição muito valiosa do ecumenismo brasileiro ao movimento ecumênico mundial.

Nesse sentido, cabe cada vez mais uma reflexão da cidadania, não apenas como pertença a um Estado nacional, mas como cidadania planetária. As igrejas têm um compromisso com toda a criação divina e, em decorrência disso, a cidadania planetária pode tornar-se justamente um elo de cooperação e diálogo ecumênico e inter-religioso. Trata-se de buscar a unidade em meio à diversidade, através do testemunho da *koinonia*, em que as confissões colocam-se a serviço umas das outras e do mundo, superando as tensões e divisões que contradizem a vontade de Cristo.

Este é, para Wolff, um dos primeiros elementos essenciais do método para uma eclesiologia ecumênica. (WOLFF, 2004). Uma segunda questão fundamental para a concepção de uma eclesiologia ecumênica, segundo Wolff, consiste no estabelecimento de uma hierarquia de verdades. Nem todas as afirmações doutrinárias tem o mesmo peso e importância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Caminhos do Ecumenismo no Brasil, Elias Wolff viabiliza uma ontologia do ecumenismo no Brasil, focando especialmente as tradições religiosas cristãs e históricas. A partir da análise realizada, o autor conclui que o itinerário do ecumenismo brasileiro é marcado por avanços e retrocessos, e que a necessidade do diálogo autêntico entre as

igrejas é compromisso irrevogável.

Depreende-se da análise realizada que o risco do colonialismo ocidental ainda é presente nas abordagens e diálogos entre as igrejas, o que compromete a trajetória rumo a um ecumenismo efetivo.

Nesse sentido, a catolicidade do cristão ainda precisa ser afirmada e dissociada do universalismo do ocidental. O dogma central do cristianismo quanto à unicidade e singularidade de Cristo na mediação salvífica universal, nesses termos, precisa ser ponto de profundo diálogo e discussão nas igrejas que pretendem rumar à cooperação mais autêntica.

Portanto, talvez seja necessário indagar, inicialmente, o que de fato é universal no Cristo, o aceite racional do que se formula a ser respeito ao longo da história ou a vivência que decorre do seu seguimento. Mas não se cairia aqui, novamente, no propósito de encontrar o Jesus Histórico, independente da tradição eclesial através da qual Ele ainda hoje é conhecido? Enfim, a questão ainda suscita mais perguntas do que respostas e, justamente por isso, precisa ser foco de análise e debate para que o ecumenismo possa avançar.

Wolff constata a necessidade da interação entre a formação para o diálogo interreligioso e a formação presbiteral como uma única realidade a ser trabalhada na vida dos presbíteros. (WOLFF, 2004). Para o autor, é fundamental considerar que o diálogo é elemento constitutivo da formação e da vida do ministro da Igreja. É por ele que a dimensão ecumênica da Igreja aparece como o horizonte no qual o presbítero realiza sua missão de orientar o povo de Deus, na vivência da unidade e comunhão em Cristo. E isto, ressalta o autor, objeto deste estudo, não se alcança sem a atitude evangélica, e não menos profética, que promove o encontro entre igrejas e religiões; importa que os futuros pastores e sacerdotes estejam instruídos, segundo este espírito, não polemicamente.

Evidentemente, cumpre ter clareza sobre os meios, os caminhos e os modos de participar no trabalho ecumênico. Essa necessidade pode exigir prudência e cautela nos caminhos do diálogo, mas não admite a recusa de caminhar. O ecumenismo, salienta Wolff, colima entendimento sobre a *ecumene*, em todos os seus aspectos e envolvendo todos os seus agentes. Não é o diálogo que envolve apenas um grupo ou uma das suas características.

No ecumênico a prioridade não são as particularidades, mas o todo. Obviamente, o todo não existe sem as partes, de modo que são as particularidades e especificidades dos grupos em diálogo que constroem o horizonte total da *ecumene*. Todavia, não se pode limitar o todo a uma das partes, de modo que não se pode limitar o *ecumênico* às motivações, aos objetivos e interesses de apenas um dos grupos em diálogo.

Em decorrência de tudo isso, Wolff pleiteia a necessidade de um método para a eclesiologia ecumênica, que apresente com clareza as regras do pensar ecumênico sobre a igreja. Para o autor, o ecumenismo não pode ficar alheio a necessidade de reflexão e vivência de uma cidadania planetária, o que incute uma dimensão de sociedade à questão ecumênica.

Da mesma forma, um método de eclesiologia ecumênica deve ocupar-se com as questões teológicas das igrejas, para o que é de vital importância que se estabeleça uma hierarquia de verdades, especialmente para que um início de diálogo possa ser viabilizado.

E, por fim, é primordial uma hermenêutica da comunhão, ou seja, tornar a própria vivência e, especialmente, a convivência das igrejas objeto de reflexão de modo que a cooperação e o diálogo conjunto sejam fomentados. A trajetória das igrejas individual e coletivamente precisa ser referencial e, dessa forma, autoridade para a promoção da paz no mundo inteiro.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS NO BRASIL. **Um tesouro em vasos de argila:** instrumento para uma reflexão ecumênica sobre a hermenêutica. São Paulo: Paulus, 2000.

LIBÂNIO, J. B. Prefácio. *In*: WOLFF, E. (org.). **A unidade da Igreja**. São Paulo: Paulus, 2007.

PIKAZA, X. **Violência e diálogo das religiões:** um projeto de paz. São Paulo: Paulinas, 2008.

PORTAL LUTERANO. A confissão de Augsburg. 15 jun. 1530. **luteranos**, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/textos/a-confissao-de-augsburgo>

SINNER, R. V. Caminhos do Ecumenismo no Brasil: história, teologia, pastoral. **Encontros Teológicos**, n. 18, n. 2, p. 177-192, 2003.

SINNER, R. O. O debate eclesiológico no Conselho Mundial de Igrejas. **Teocomunicação**, v. 36, n. 153, p. 599-621, 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/viewFile/1751/1284>. Acesso em: 28 dez. 2022.

SINNER, R. V. **Confiança e Convivência**. São Leopoldo, Editora Sinodal, 2008

WOLFF, E. Os caminhos rumo à unidade cristã no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**, n. 244, p. 771-802, 2001. Disponível em: http://www.itf.org.br/revistas/reb/244_1.php. Acesso em: 28 dez. 2022.

WOLF, E. **Caminhos do Ecumenismo no Brasil:** história, teologia, pastoral. São Paulo: Paulus, 2002.

WOLFF, E. **Ministros do diálogo:** o diálogo ecumênico inter-religioso na formação presbiteral. São Paulo: Paulus, 2004.

WOLFF, E. (org.) **Exercitando a cooperação**. Florianópolis: ITESC, 2006.

WOLFF, E. **A unidade da Igreja**. São Paulo: Paulus, 2007.

WOLFF, E. O diálogo na igreja e a igreja do diálogo no documento de Aparecida. **Revista Eclesiástica Brasileira**, n. 271, p. 532-569, 2008.

WOLFF, E. Possibilidades e limites de uma eclesiologia ecumênica – traços de um caminho. **Teocomunicação**, v. 41, n. 1, p. 33-54, 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/9201/6335>. Acesso em: 28 dez. 2022.

RELIGIÃO E GLOBALIZAÇÃO - A VISÃO DE ENZO PACE

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC. Docente e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Uniarp. Caçador, Santa Catarina, Brasil.

RESUMO: Este artigo perquire a interação entre o fenômeno religioso e globalização, à luz da análise de Enzo Pace. Na atualidade, existe um processo de mudança tanto no cenário internacional e brasileiro. Seria interessante fazer a história do termo globalização. O conceito em si resulta polivalente e, com frequência, ambivalente pelos muitos significados que nele se ocultam. Quando se adota uma definição de globalização como um processo objetivo de progressiva independência das diferentes sociedades humanas espalhadas pelo planeta, será possível obter teorias que leem esse processo como uma nova forma de dominação de umas sociedades sobre outras, ou, pelo contrário, como ocasião histórica que favorece a libertação de potencialidades individuais e coletivas inesperadas.

PALAVRAS-CHAVE: Religião, globalização.

RELIGIO AND GLOBALIZATION – ENZO PACE’S VISION

ABSTRACT: This article investigates the interaction between the religious phenomenon and globalization, in the light of Enzo Pace’s analysis. Currently, there is

a process of change both in the international and Brazilian scenario. It would be interesting to do the history of the term globalization. The concept itself is polyvalent and, often, ambivalent due to the many meanings that are hidden in it. When one adopts a definition of globalization as an objective process of progressive independence of the different human societies spread across the planet, it will be possible to obtain theories that read this process as a new form of domination of some societies over others, or, on the contrary, as a historical occasion that favors the liberation of unexpected individual and collective potentialities.

KEYWORDS: Religion, globalization.

INTRODUÇÃO

Se for considerada a globalização, sobretudo como a afirmação de uma consciência global nos indivíduos e nas sociedades do tempo atual, seria possível obter pontos de vista críticos que veem o processo como uma ulterior forma de colonização moderna das consciências. Por outro lado, há a consciência crescente que todas as pessoas têm de fazer parte do mesmo globo e, portanto, partilhar de suas vicissitudes. (SILVA; OLIVEIRA, 2018).

Em ambos os casos não se escapa do risco de preconceito ou de ideologia. O mundo, de fato, é uma abstração conceitual para descrever um modelo sistêmico de relação entre as diferentes sociedades, um

modelo capaz de superar tanto a tradicional visão marxista da relação centro-periferia ou da polarização dialética entre Ocidente capitalista rico e Terceiro e Quarto Mundo pobres em vias de desenvolvimento. (RODRIGUES, 2020).

Há quem leia o fim do consumismo – que caiu simbolicamente sobre os escombros do Muro de Berlim em 1989 – como o advento de uma sociedade mundial que se coloca nas mãos, de forma cada vez mais difundida, no paradigma da economia de mercado e confia em um modelo de organização política que se aproxime gradualmente da democracia do tipo liberal. (MISSES-LIWERANT; LÓPEZ, 2020; LIMA *et al.*, 2020).

Ao contrário, como acontece em grupos, por exemplo, em grupos minoritários dos países da América Latina, sustente que a difusão da ideologia de mercado desde o centro dos países economicamente mais fortes e ricos do Ocidente em direção ao resto do mundo, incluídas as sociedades que, ou por eleições políticas próprias ou porque marcadas até pouco tempo atrás pelos mecanismos de dependência colonial, constitui a essência verdadeira do que se costuma chamar de globalização. (FARIA; CHAIA, 2020).

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Enzo Pace, o primeiro nó da rede conceitual que apertado ao redor da palavra globalização pode ser especificado então na perda de identidade ou na tendência ao desenraizamento planetário implícitas na noção de globalização. (DINIZ, 2020).

A produção de mercadorias, por um lado, e a especulação financeira, por outro, rompem os artificiais limites entre nações, criam zonas francas de criação e acumulação de riqueza, para buscar as conveniências econômicas ali onde aparecem mais evidentes.

A globalização parece favorecer o desenraizamento: aqui está o primeiro nó da rede de conceitos que cobre o termo globalização. O segundo constitui-se pela tendência à crença no relativo. (GODINHO *et al.*, 2018). O desenraizamento ataca justamente as imagens estáveis do mundo, os silos da memória coletiva, os filtros que permitem um indivíduo sentir-se à vontade em sua própria casa. Já a crença no relativo envolve um sistema de símbolos de visão do mundo.

Os sistemas políticos para funcionar têm necessidade de nutrir-se de um recurso particularmente escasso nas sociedades modernas: a confiança. Esta pode ser definida como a crença na existência de valores comuns garantidos por um poder considerado legítimo, ou seja, a crença na legitimidade dos poderes constituídos. (GODINHO *et al.*, 2018).

Tudo isso, pode ser medido empiricamente, através das pesquisas de opinião que já vêm sendo feitas nos países chamados pós-comunistas. Nesses países, a crise de confiança sistêmica que se deflagrou, já faz tempo, no processo de legitimação do poder e

que se desdobrou com a queda do Muro de Berlim, em 1989, não tem sido reabsorvida com a chegada de regimes democráticos (ao menos na forma) e de economias de mercado. (LUZ, 2021).

A volta ao poder de partidos e homens ligados aos regimes comunistas, que têm reconquistado o consenso democraticamente, constitui uma prova eloquente de como as dificuldades materiais que se impuseram na fase de reconstrução das regras do jogo social e político acabam por dissipar as forças vitais que tinham se mobilizado na fase de efervescência coletiva que precedeu a queda dos regimes comunistas e a reescritura do novo pacto nacional. (LUZ, 2021).

Entre os poderes constituídos e as minorias radicais, a crise de confiança toca, principalmente, aqueles estratos sociais que acreditam no modelo democrático ocidental como um valor no qual acreditar, caminho principal a tomar para recompor a fratura histórica entre a modernidade e o islã. (CARVALHO; PALMA, 2020).

Pode-se dizer que a crise da crença na legitimidade dos poderes constituídos é tanto mais forte quanto mais um sistema faz referência a imagens simbólicas estruturadas do mundo, que fundam mais ou menos forçosamente a aparência e a identidade individual e social.

Não é surpresa que as nações emergentes do sudeste asiático tenham seguido essa estratégia de fundo e posto à prova os vizinhos japoneses, tornando-se, rapidamente e sem preconceitos, “globais”, através da aceitação da lógica social e cultural – além de, *in primis*, econômica – que tende à globalização. (FIRMINO,

A discussão que há tempos se iniciou nas ciências econômicas e sociais sobre a pertinência da noção de globalização para interpretar os processos que têm lugar no mundo contemporâneo termina por atingir o objeto mesmo do saber sociológico e antropológico.

Se o mundo converteu-se no macro sistema o que tem que ser levado em consideração em primeiro lugar e só a partir dele, se pode estudar os vários subsistemas dos quais se compõe – cada sociedade parcial e independente – então, a lógica requer que também, que os paradigmas teóricos devem sofrer uma profunda revisão. Já não se pode falar só de sociedade no plural, apreendendo, portanto, suas diversidades, mas deve-se evocar com maior ênfase, de agora em diante, o sistema social global ou planetário no qual se desenvolvem relações de interpenetração (além da interdependência) entre diferentes âmbitos ou esferas da vida econômica, cultural, política e comunicativa (seja nas formas tradicionais e passivas da comunicação de massa, seja nas novas redes informáticas de intercâmbio de informações ao alcance direto da livre e ativa iniciativa dos indivíduos). (BÚRIGO; PORTO, 2021).

Nesta perspectiva, Santos (2022), infere que há alguma mudança também para

quem se interessa por um objeto particular como a religião. Ao menos por três razões:

- a) A noção de revisar criticamente O sincretismo como um instrumento analítico útil para medir o processo de queda do nível de desconfiança ou hostilidade recíprocas entre religiões diversas e, por outro, a criação de “interstícios” entre as grandes religiões históricas onde se produzem fenômenos evidentes de mestiçagem;
- b) A necessidade de levar em consideração cada vez mais seriamente a perspectiva comparativa que na sociologia das relações tem sido utilizada até o momento timidamente;
- c) A necessidade de deslocar a atenção da análise da função de cada religião, para o mundo como constituem sistemas de comunicação que permitem aos indivíduos reduzir a complexidade em que vivem aqui e ao mesmo tempo imaginar o “mundo” unificado por problemas comuns que interessam a toda espécie humana.

A globalização pode favorecer “a perda de memória” e, por conseguinte de identidade, assim como a reinvenção ou a invenção de uma tradução ou de um repertório de gestos “a recordar”.

Assumindo o ponto de vista do indivíduo moderno, o eu para as instituições religiosas acaba por tornar-se um problema, para este, no entanto, pode constituir uma procura de emoções e de sentido para além dos limites tradicionais que separam as diferentes religiões.

Imagina-se voltar a descobrir raízes que já não existem, utilizando a simbologia religiosa como quem diz por conta própria, sem levar em consideração nem a memória codificada de uma tradição religiosa determinada nem muito menos a paciente exegese dos seus textos sagrados.

Para Branco (2020), aparentemente a Igreja Católica pode parecer entrincheirada em princípios não negociáveis e em marcar posição de uma forma rígida em assuntos de disciplina interna; na realidade oferece um exemplo de um laboratório a céu aberto de quanto os processos de globalização acabaram por influenciar a ação estratégica da própria Igreja.

Embora nunca admita explicitamente, a Igreja Católica, nas suas manifestações mais altas e oficiais, sabe que a crença no relativo é a contribuição mais madura da globalização. Com ela, portanto, a Igreja Católica tem que ajustar-se aceitando em parte a lógica social que tende em sua direção. (BRANCO, 2020).

Quem vem refletindo atentamente sobre as dinâmicas que a partir do início dos anos 80 caracterizam o campo religioso mundial, deve observar dois processos, um interno, nas diferentes confissões, religiões e igrejas e outro no que poderia se chamar de interstícios das grandes religiões mundiais. (JUGBLUT, 2020).

Para mensurar, empiricamente, o que significa a globalização no campo religioso,

o autor acredita que esta forma de comunicação de massa pode ser utilizada como um laboratório a céu aberto. Nesse laboratório pode ser descoberto que a linguagem da mídia, uma vez aceita e usada com profissionalismo, empurra as religiões a liberar-se do aparato “hard” de suas mensagens e escolher a via “soft” do diálogo, da linguagem das emoções e dos afetos.

A globalização, acompanhada da recente revolução das tecnologias da informação promovem a diminuição das distâncias geográficas, influencia de forma decisiva o mercado de trabalho modificando as relações de produção. (ALVES; ESPÍNDOLA, 2019).

Se a globalização for concebida como uma tendência dos homens a ultrapassar os domínios territoriais no intento de estabelecer novos canais de interlocução humana, a globalização é decorrente de um movimento muito antigo. (SANTOS *et al.*, 2018). Seguindo esta aceção, ela é o resultado do comportamento do homem em conquistar outras fronteiras, ou seja, ela vem ocorrendo há várias décadas. A necessidade de expansão mercantilista fez com que o homem desenvolvesse meios para abrir novos mercados, buscar matérias primas e auferir novas fontes de lucro.

Como consequência do processo de globalização, e da eliminação das fronteiras econômicas, o Estado Social vem enfrentando dificuldades para manter o controle e intervir nas questões sociais e econômicas, delineando uma crise no modelo do Estado. (LIMA; FRANÇA, 2020). Além disso, evidencia-se cada vez mais, a ineficiência da estrutura estatal para atender as reivindicações, cada vez mais diversificadas e fragmentadas, da sociedade ocasionando a decadência da figura que representa a base da cidadania democrática.

As crescentes mudanças sociais e econômicas exigem uma maior flexibilização e agilidade do Estado, responsável pela função de regular e coordenar tais atividades. Contudo, as possíveis soluções têm se tornado muito mais onerosas tanto financeiramente quanto politicamente.

Para Soffiati (2020), a globalização econômica passa a ser estimulada mais profundamente após a guerra fria e a corrida armamentista, quando uma das estruturas políticas e econômicas que haviam surgido no início do século (socialismo), separando o mundo em dois blocos desaparece, e começam a aparecer novas formas ainda não totalmente definidas, porém caracterizadas pelo modelo capitalista de produção, no qual as relações capital-trabalho se intensificam cada vez mais e a liberdade da indústria e do trabalho suscita a intensificação da competição no mercado econômico.

Em relação ao crescimento do modelo capitalista Ianni (1998, p. 13), observa que: “De repente, o mundo inteiro parece estar a tornar-se capitalista. O mesmo capitalismo que começa a ser derrotado com a Revolução Soviética de 1917, em pouco tempo se mundializa, globaliza, universaliza”.

As transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, as quais começaram a aparecer no início do século XX e tiveram continuidade após a segunda Guerra Mundial, foram intensificadas nos últimos anos, diante da rapidez da evolução tecnológica dos meios de comunicação digital e das tecnologias da informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Globalização pode ser entendida como um processo de reorganização mundial, que vem ao longo dos anos transformando a economia dos Estados, e que compreende estruturas econômicas, políticas, culturais e sociais. Destarte, analisando a globalização como um processo que traz mudanças, há que se considerar que tais mudanças não têm necessariamente somente reflexos positivos, mas, também, uma série de consequências negativas para a sociedade mundial, como o agravamento de problemas sociais.

O fato de se estar caminhando nesse processo, não permite dizer que estão sendo resolvidas ou solucionadas as desigualdades sociais e culturais, e os antagonismos que se manifestam a nível nacional e mundial. Ao contrário, talvez estejam se agravando quando transportadas para a escala mundial, isto é, a globalização não apaga nem as desigualdades nem as contradições que constituem uma parte importante do tecido da vida social. Ao contrário, desenvolve umas e outras, recriando-se em outros níveis, com novos ingredientes.

No entanto, os fatores concernentes a globalização não conseguem impedir o andamento deste processo, que para alguns é irreversível e irresistível, ocasionando o surgimento de movimentos de ordem religiosa, cultural, social e econômica, debilitando o Estado-Nação. Desta forma, os países passam a assinar acordos e tratados internacionais, estabelecendo princípios normativos superiores, submetendo aqueles que subscrevem a cumpri-los de qualquer maneira, levando-os, em algumas situações, a uma perda da soberania nacional e da autonomia dos Estados Nacionais.

Nesse contexto, de acordo com Pace (1997), as religiões se acomodam e tendem a deixar em segundo plano no cenário das comunicações de massa suas grandes construções filosóficas ou escatológicas, valorizando em primeiro lugar um discurso humano, seja no sentido de que tende a dirigir-se a um público mais amplo do que os crentes ou dos fiéis mais fiéis, seja dos conteúdos prediletos: os direitos humanos, a paz, a salvaguarda da criação, para estar em sintonia com as questões ecológicas.

Falar dos problemas da espécie humana significa, para as religiões, obrigar-se a ajustar-se, em tempos de interdependência mundial, aos problemas que imediatamente se colocam como globais. Não é por acaso, que, quando a Igreja Católica se dirige ao mundo inteiro falando de temas cruciais, como a justiça social ou a paz ameaçada em vários

pontos do globo, o eco do que vai dizendo é muito maior e positivo do que quando ratifica o “não” ao sacerdócio das mulheres, ao aborto, ao uso do preservativo, etc.

Assim, um espírito mundial, certamente não santo, obriga as grandes religiões a fazer pactos com o mundo. A globalização, termina por se tornar uma condição que favorece um efeito de secularização: a subjetivação dos sistemas de crença e a dificuldade, por parte das instituições que ostentam certo capital de autoridade e de tradição na história, para regular, dentro de limites seguros e estáveis, seus sistemas de crença.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. P.; ESPÍNDOLA, A. A. S. O ensino de humanidades e o direito & literatura face à crise da democracia liberal na sociedade em rede. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 5., 2-3 set. 2019, Santa Maria. **Anais eletrônico** [...]. Santa Maria: UFSM, 2018. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/8.6.pdf>. Acesso em 29 dez. 2022.
- BRANCO, P. V. C. Mulheres educadas e devotas: a reforma dos discursos católicos e a implementação de modelos femininos modernos em Teresina. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 14, n. 27, p. 371-391, 2020.
- BURIGO, A. C.; PORTO, M. F. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de pandemia: da vulnerabilização à transformação necessária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4411-4424, 2021.
- CARVALHO, A. D. Z.; PALMA, M. Juristas contra a democracia: usos do direito e desintegração democrática no Brasil pós-2014. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, v. 29, n. 1, p. 80-108, 2020.
- DINIZ, U. L. M. A influência e a missão das religiões na geopolítica no Oriente Médio. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS**, v. 11, n. 21, 2020.
- FARIA, A. L. B.; CHAIA, V. Os institutos liberais e a consolidação da hegemonia neoliberal na América Latina e no Brasil. **Cadernos Metrópole**, v. 22, p. 1059-1080, 2020.
- FIRMINO, J. F. A. Os efeitos da globalização perversa na precarização do trabalho sob a ótica do pensamento pós-colonial. In: JUSTAMAND, M.; CRUZ, T. (org.). **Fazendo Antropologia no Alto Solimões 9**. 1ed. São Paulo: Alexa Cultural, v. 9, p. 119-254, 2017.
- GODINHO, D. M. S.; CARVALHO, C. S.; SOUZA, S. J. Com a palavra, os jovens: religião, espiritualidade, cultura e globalização. **Protestantismo em Revista**, v. 44, n. 2, p. 85-98, 2019.
- IANNI, Octávio. **A Sociedade Global**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- JUNGBLUT, A. L. Globalização e religião: Efeitos do pluralismo global no campo religioso contemporâneo. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, p. 419-436, 2020.
- LIMA, L. M.; COLLOVINI, R. G.; DOMINGOS, C. S. M. O Muro de Berlim: símbolo maior da Guerra Fria. **Temporalidades**, v. 11, n. 3, p. 388-407, 2020.

LIMA, F. D. S.; FRANÇA, E. P. C. Ativismo dialógico x bloqueios institucionais: limites e possibilidades do controle jurisdicional de políticas públicas a partir da Sentencia T-025/04 da Corte Colombiana. **Argumenta Journal Law**, n. 31, p. 209-244, 2020.

LUZ, M. T. C. **Orbán e Fidesz nos caminhos iliberais: o desencontro democrático na Hungria contemporânea**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – UNIFESP, São Paulo, 2021.

MISSES-LIWERTANT, J. B.; LÓPEZ, F. J. S. El Muro como frontera; su caída como proceso. A treinta años de la caída del Muro de Berlín. **Revista mexicana de ciencias políticas y sociales**, v. 65, n. 238, p. 161-179, 2020.

PACE, Enzo. **Religião e globalização**. In: ORO, A. P.; STEIL, C. A. (org.). **Globalização e Religião**. Petrópolis: Vozes, 1997.

RODRIGUES, L. P. A ciência pós-determinista, supradisciplinar e transparadigmática: reacendendo o debate sobre teoria, analogia e conceito. **Trans/Form/Ação**, v. 43, p. 151-172, 2020.

SANTOS, C. O. P.; PINTO, F. A.; BARCELLOS, V. G. Movimentos migratórios em tempos de globalização:: hospitalidade x hostilidade. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 17, n. 32, p. 102-113, 2018.

SANTOS, A; M. **Religião, globalização e território**: os efeitos do pluralismo Global no campo religioso. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências da Religião) - UNINTER, Curitiba, Paraná, Brasil, 2022.

SOFFIATI, A. Breve história da globalização ocidental e seus custos ambientais. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, n. 1, p. 144, 2020.

SILVA, C. R. V.; OLIVEIRA, B. B. A sociedade multicultural e os traços de consumismo no cenário da globalização. **Direitos Culturais**, v. 13, n. 29, p. 67-84, 2018.

TRADIÇÕES CONFSSIONAIS CHINESAS – ANÁLISE INTRODUTÓRIA

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC. Docente e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Uniarp. Caçador, Santa Catarina, Brasil.

years. The foundation of their national religion is in the works of three sages: Fo-hi, Lao-tzu and Kongtzeu (Confucius), who lived in very remote times of history: the first, as emperor, from 3468 BC; the second 604 BC and the last 478 BC Later, with the introduction of Buddhism, three became the religions of China: Confucianism, Taoism and Buddhism. (ARMOND, 1999).

KEYWORDS: Religions. China. Founders

RESUMO: Busca-se apoio nos textos de Armond (1999) para apresentar, à guisa de iniciação, as tradições confessionais chinesas. De acordo com o autor, a antiguidade da civilização chinesa vai além de 10 mil anos. O fundamento de sua religião nacional está nas obras de três sábios: Fo-hi, Lao-tsé e Kongtzeu (Confúcio), que viveram em épocas muito recuadas da história: o primeiro, como imperador, a partir de 3468 a.C.; o segundo 604 a.C. e o último 478 a.C. Mais tarde, com a introdução do Budismo, três passaram a ser as religiões da China: o Confucionismo, o Taoísmo e o Budismo. (ARMOND, 1999).

PALAVRAS-CHAVE: Religiões. China. Fundadores.

CHINESE CONFSSIONAL TRADITIONS – INTRODUCTORY ANALYSIS

ABSTRACT: Support is sought in the texts of Armond (1999) to present, by way of initiation, the Chinese confessionnal traditions. According to the author, the antiquity of Chinese civilization goes beyond 10,000

INTRODUÇÃO

Para Oldstone-Moore (2007), as tradições religiosas da China repousam em dois princípios fundamentais: o cosmo é um lugar sagrado e todos os seus aspectos são inter-relacionados. O objetivo principal da religião chinesa é sustentar essa santidade mantendo a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza. Reflete-se isso nas tradições formais nativas do taoísmo e do confucionismo, da mesma forma, também como religião popular. O budismo, vindo da Índia, também se ajustou à perspectiva chinesa.

A religião chinesa tradicional se fundamenta num antigo entendimento de como funciona os Cosmos. De acordo com ele, tudo o que existe, inclusive o céu, a terra, os seres humanos e as divindades, é composto da mesma substância vital, ou *qi* (*ch'i*). O *qi* se manifesta fundamentalmente como duas forças complementares, o *yin* e

o *yang*. Esses termos significam originalmente o lado sombrio (*yin*) e o lado ensolarado (*yang*) de uma montanha, mas bem cedo passaram a ser usados mais simbolicamente. Dessa maneira, o *yin* denota o que é escuro, úmido, inerte, turvo, frio, mole e feminino e, o *yang* complementar denota o que é claro, seco, crescente, luminoso, quente, duro e masculino. Todas as coisas têm *yin e yang* em proporções variáveis.

Oldstone-Moore (2007) acrescenta ainda que são expressas diversamente as principais tradições espirituais, com um ideal de harmonia cósmica aprimorada. A estrutura básica da tradição popular chinesa estava de pé no ano 1000. Ela inclui muitas práticas nativas antigas como o xamanismo, a adivinhação e a veneração dos ancestrais. Além disso, incorporou as ideias budistas de carma e renascimento e as suas cosmologias de céus e infernos, budas e *bodisatvas*, junto com a hierarquia taoísta de divindades.

Os confucionistas zombam das práticas religiosas populares, ao passo que o papel dos sacerdotes budistas e taoístas são conduzir rituais, e não explicar a doutrina para as massas. Eles são chamados para realizar determinadas cerimônias em templos dirigidos por organizações da vizinhança e não são permanentemente afiliados a templos da religião popular.

Esse autor destaca também que as religiões chinesas são frequentemente voltadas para o mundo e orientadas para a prática, e isso manifesta-se na tradição popular, que reflete as principais preocupações das Três Doutrinas, mas não tem um conjunto sistemático de crenças; concentra-se em melhorar esta vida garantindo saúde, vida longa, prosperidade, harmonia doméstica, a continuidade da linhagem familiar pelos filhos e a proteção contra calamidades.

DESENVOLVIMENTO

Um relacionamento recíproco entre os vivos e os espíritos (ancestrais, divindades e fantasmas) é fundamental para a prática popular. Supõe-se que, se os homens desempenharem seu papel, o mundo espiritual responderá com a mesma moeda, concedendo bençãos – no caso de fantasmas – não fazendo nenhum mal.

Oldstone-Moore (2007) observa que nos últimos dois séculos, as tradições religiosas chinesas enfrentaram muitos desafios que originaram confrontos culturais e militares com o Ocidente. Intelectuais e governos tem considerado que elas são a causa da fraqueza chinesas e que se opõem à modernidade, se comparadas com a ciência e o racionalismo ocidentais. As políticas oficiais do regime comunista consolidam essa atitude, e é difícil avaliar a força atual da religião tradicional no continente. Porém, sempre que a pressão do governo relaxa, as práticas religiosas logo ressurgem.

Sobre os livros sagrados das tradições religiosas chinesas formais, Oldstone-Moore

(2007), acrescenta que esses são formados por textos que não buscam representar o mundo do divino. Na verdade, os escritos confucionistas estão entre os textos antigos fundamentais que adquiriram status canônico para uma ou mais das principais tradições – ou mesmo todas elas.

Ainda que, até pouco tempo, apenas uma pequena porcentagem do povo chinês fosse alfabetizada, as ideias e os valores incorporados no cânone confucionista tinham tanta influência que são uma parte íntima de sua identidade cultural. Foram a base dos exames par ao serviço público chinês e, portanto, para o governo, durante dois milênios. Os funcionários eruditos que dirigiam o império aplicavam aos problemas de sua época lições recolhidas das obras do cânone.

A religião popular chinesa não conta com textos sagrados, embora diversos movimentos sectários tenham tido seus próprios escritos. O antigo *Canções do sul* (século IV a.C.) descreve o voo xamânico e outras práticas e crenças que se conservaram na tradição popular. Com o advento da impressão no século VIII, textos baratos sobre moralidade derivados de diversas tradições religiosas tornaram-se bastante populares.

De acordo com Armond (1999), a obra de Fo-hi, escrita a mais de 5.000 anos atrás, é pouco conhecida no ocidente, e dela só o livro chamado *I Ching*, contendo figuras, símbolos e trigramas, de significação obscura. Em todo seu reinado essa sábio empregou seu poder para espalhar o conhecimento das virtudes e dos dons morais entre o povo.

A importância dessa antiga teoria e prática de adivinhação expressa nessa obra é confucionista, o *I Ching* ou Livro das Mutações, foi composto ao longo de muitas centenas de anos a partir do início da dinastia Zhou. Embora seja parte do cânone confucionista, ele é importante para todas as religiões chinesas. Sua popularidade se deve em parte à especulação cosmológica, que encanta a elite, e, sobretudo a seu uso como manual de adivinhação, prática mantida até a contemporaneidade. (OLDSTONE-MOORE, 2007).

O sistema de adivinhação dessa obra está baseada em combinações de oito trigramas, desenhos feitos com linhas quebradas e inteiras que representam as forças opostas e ao mesmo tempo complementares do *yin* e *yang*. Os trigramas são associados em pares, em todas as combinações possíveis, formando um total de 64 hexagramas. Além de dar pareceres sobre os hexagramas e as linhas de que eles se compõem, o *I Ching* oferece comentários e explicações para auxiliar na interpretação dos resultados da adivinhação.

A tradição diz que Lao-tsé (ou Laozi), o lendário fundador do taoísmo nasceu em 604 depois de uma gestação e um nascimento milagrosos. Serviu na burocracia imperial e promoveu uma teoria de governo *laissez-faire*, porém, se desiludiu e se retirou para as montanhas. Entretanto, no meio do caminho um guarda do passo ocidental pediu-lhe que

escrevesse seus ensinamentos. O resultado foi o texto fundamental do taoísmo, o Tao Te King. Existem duas tradições taoístas: o taoísmo “filosófico” e o taoísmo “religioso”. (OLDSTONE-MOORE, 2007).

Os textos fundamentais do taoísmo, o Tao Te King e o Zhuangzi, tiveram tanta influência na formação do *ethos* chinês quanto o cânone confucionista. Ensinam o caminho para encontrar a harmonia, porém, na busca do padrão e da ordem voltam-se para a força do tã, e não para uma antiga época de ouro. Como o Tão Te King, o Zhuangzi, que recebeu o nome de seu autor, defende a harmonia com a natureza. Deleita-se com suas formas sempre mutáveis e recusa os padrões de valor criados pelos homens e impostos sobre sua infinita variedade. A morte e a vida são uma parte do processo da natureza, a ser abraçada com a mesma alegria e entusiasmo. O Zhuangzi conta histórias de pessoas e coisas curiosas e inclui voos de fantasia. (OLDSTONE-MOORE, 2007).

Sobre o taoísmo filosófico, representado por Lao-tsé e Zhuangzi (século IV a. C.), relaciona-se com a revelação e a obediência ao tao, a força e o padrão que estão por trás da ordem natural. Zhuangzi afirmava que a paz e a harmonia são o estado natural das coisas até os homens interferirem, e que é preciso ver a relatividade de todos os valores e pontos de vista.

Sobre o divino, o naturalismo místico do taoísmo filosófico não se relaciona com a virtude e a moralidade, mas com o movimento e a criação de todas as coisas de acordo com o tã, o “caminho” da natureza e do cosmo. Ele é a fonte e o padrão de todas as coisas que são formadas de material vital primitivo, ou *qi*, e que nele se dissolvem. Os taoístas expressam respeito à infinita sutileza e alcance do tã, que permeia todas as coisas. O tã abarca todas as coisas; é silencioso, imperceptível e imparcial. Mas não é divino, e assim não pode ser cultuado como são o Céu e as divindades. (OLDSTONE-MOORE, 2007).

O ensinamento ético é importante no taoísmo, mas não necessariamente fundamental. O taoísmo filosófico enfatiza a procura da espontaneidade, da ação natural, ao passo que o centro do taoísmo religioso é a busca da longevidade e da imortalidade.

Por sua vez, o taoísmo religioso teve início no século II com movimentos como os “turbantes amarelos” e os “mestres celestiais” (também conhecido como o “Caminho dos Cinco Alqueires de Arroz”). Esses grupos associaram antigas práticas e crenças, como a busca da longa vida, a seus próprios escritos, divindades, rituais e, muito frequentemente, expectativas milenares, que o governo sentia como uma ameaça. Com o tempo, o taoísmo religioso criou um cânone de texto revelado, um panteão de divindades, sacerdotes, letrados e rituais estabelecidos (OLDSTONE-MOORE, 2007).

Lao-tsé deixou obra vasta, entretanto, apenas três de seus livros chegaram ao conhecimento do homem moderno: o *Tao*, ou o *Livro da Senda*; o *Te*, o *Livro da Virtude* ou

da Retidão e o *Kang Ing*, o *Livro das Sanções* ou das Reações concordantes. Cada livro é um código moral.

Armond (1997) diz que na primeira obra Lao-tsé diz: o sábio que está no céu, isto é, cujo espírito está desprendido da matéria, obteve uma vida longa e é lá no Alto que seus trabalhos merecem a grande paz. É calmo no sulco que para si traçou. Não procura tornar-se conhecido. Não perde o seu tempo em procurar a glória vã, em ofuscar aqueles que estão em torno dele. Seu caminho sobre para o Templo da Sabedoria; ele caminha com um passo igual; sempre avança e se eleva, descuidoso daquilo que não é para a assistência de seus irmãos e de sua própria perfeição. É, porquanto desenvolvendo em si mesmo as suas qualidades que o sábio é admitido para atingir a Senda.

No sentido popular ou religioso, o taoísmo propaga o culto dos ídolos, cada cidade tendo seu deus, o mesmo acontecendo com as casas, as montanhas, os rios, etc.

Oldstone-Moore (2007) acrescenta ainda que o taoísmo religioso apresenta uma vasta coleção de textos, de mais de mil obras, que continua crescendo. Esse cânone compreende tratados sobre temas diversos, inclusive rituais, alquimia, exorcismo, vida de pessoas nobres e revelações, consultados pelos sacerdotes e adeptos taoístas.

De acordo com Besen (2005), para os taoístas, a propriedade é um roubo, a injustiça social e as divisões em classe são um absurdo. O ideal seria uma sociedade coletiva em que se realizasse a cooperação espontânea, sem que houvesse um poder central dirigente: no máximo, seria suficiente um poder periférico, que exercesse pouco controle, e para as pequenas questões. O Taoísmo, nessa visão de sociedade, propõe, de um lado, uma fuga no misticismo religioso, de outro, levou seus seguidores a se envolverem em revoltas populares.

Como se pode perceber, mesmo nessa época remota Lao-Tsé transmitia conhecimentos de alto valor moral sendo, na realidade, um verdadeiro missionário.

Lao-tsé defende a busca do lugar de cada um na natureza e o aprendizado da prática do *wu wei* para alcançar uma vida harmoniosa. Numa linguagem resumida e mística, ele exalta a força do aparentemente fraco, como a água que gota a gota pode vencer a pedra. Paradoxalmente, Lao-tsé afirma que não se deve confiar apenas nas palavras e nos nomes, que são impedimentos para a percepção da natureza do tao. De acordo com a visão taoísta, as palavras são apenas um meio conveniente de indicar algo que está em constante fluxo e é inominável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda com apoio do texto de Armond (1999) apresenta-se Confúcio como mestre do povo e ministro de alguns governos cujos cargos aceitava para poder exemplificar e

oficializar os seus ensinamentos.

Oldstone-Moore (2007) acrescenta que o confucionismo, baseado nos ensinamentos de um sábio do século VI a. C., mestre Kong (Kong Fuzi, latinizado no ocidente como Confúcio), centra-se nas relações entre as pessoas e na criação de uma sociedade harmoniosa baseada na virtude. A virtude básica é o *ren* (benevolência, humanidade). Para Confúcio, a relação primordial é a dos pais com os filhos, sobretudo do pai com o filho, caracterizada por *xiao*, devoção filial. Com a manutenção desse vínculo, a família, a comunidade, o Estado e por fim o cosmo podem ser transformados.

Armond (1999) salienta que esse manifestou o equilíbrio que existe entre os poderes do céu e da terra, entre o homem e a natureza. Como fundamento ou imagem deste equilíbrio criou em sua época o culto da adoração do céu – Tian; da adoração do imperador superior – Shangti – (poder criador); e da adoração de diferentes espécies de espíritos celestes, terrestres e humanos, sendo que estes últimos são os antepassados dos vivos. Nesse culto dos antepassados passou então a repousar grande parte da religião chinesa que tem, assim, um cunho nitidamente imortalista.

Na parte moral o confucionismo preconiza a vida virtuosa e obediente à hierarquia tanto terrestre como celeste, sendo indispensável à prática das virtudes.

É enfatizado ainda pelo confucionismo, os ensinamentos éticos, que são voltados para a criação de uma sociedade harmoniosa e de um Estado virtuoso, benevolente. Ambos podem ser alcançados se todos forem ponderados e sinceros e praticarem o *ren*, “humanidade” ou altruísmo. Confúcio acreditava que o *ren* consistia em tratar a todos com respeito e viver de acordo com a regra de ouro¹.

A ética confucionista dá pouca atenção a recompensa ou punição fora deste mundo. Contudo, a virtude da devoção filial integrou-se bastante aos conceitos de salvação na tradição popular, principalmente no culto dos ancestrais. Teoricamente, a fim se tornar um ancestral satisfeito e benevolente, em vez de um fantasma potencialmente maligno, uma pessoa precisa ter descendentes masculinos vivos, que realizem os sacrifícios necessários depois de sua morte. (OLDSTONE-MOORE, 2007).

Confúcio afirmava que o governo precisa se basear na virtude e que todos os cidadãos devem estar atentos aos deveres de sua posição. Seu grande seguidor, Mêncio (Mengzi, 371-289 a. C.), elaborou os ensinamentos de Confúcio sobre a virtude humana e o bom governo, proclamando a bondade original da natureza humana e o direito das pessoas de se rebelar contra um mau governante (OLDSTONE-MOORE, 2007).

Zunzi (em atividade em c. 298-238 a. C.) que é considerado também como um grande pensador confucionista dos tempos antigos, ofereceu uma visão bem diferente da

1. Regra de ouro: “Não faça com os outros o que não gostaria que lhe fizessem”. (Os anacletos, 12,2).

natureza humana. Afirmava que a humanidade era originalmente má e só tornava boa graças a leis rigorosas e punições duras. Suas opiniões foram levadas ao extremo pelos “legalistas”, que formaram outra das Cem Escolas. Eles foram censurados na história chinesa devido a seu papel no brutal reinado do primeiro imperador de toda a China Qin Shihuangdi (221-209 a.C.), famoso por queimar livros em massa e por executar eruditos confucionistas. (OLDSTONE-MOORE, 2007).

A dinastia Han (206 a.C. - 220 d.C.) testemunhou uma síntese de confucionismo, legalismo e cosmologia *yin-yang*. Mas a era foi notabilíssima pela formação do sistema burocrático imperial chinês que dirigiu o país até o século XX com homens formados de acordo com as virtudes confucionistas.

No que se refere ao divino, no pensamento confucionista, a expressão do Supremo é o próprio “Céu” (Tian). Antes de Confúcio, nas dinastias Shang e Zhou, embora os altos deuses – o Senhor das Alturas (Shang Ti) e Tian – fossem concebidos em termos antropomórficos, eles raramente eram inquiridos nas adivinhações, por serem considerados demasiado distantes. O entendimento de Confúcio sobre o Céu era um tanto diferente, falava do Céu como a ordem moral que sustenta o cosmo. (OLDSTONE-MOORE, 2007).

Estava convencido de que, embora não fosse pessoalmente bem-sucedido em sua missão de tornar a virtude a base do governo, estava fazendo a vontade do Céu, que se manifestava no Mandato celestial concedido ao imperador terrestre ou dele retirado. Na China imperial, apenas o imperador, conhecido como o Filho do Céu, podia realizar atos de culto ao Céu. Isso demonstrava sua autoridade, subscrita pelo Mandato, o que lhe dava um papel essencial como mediador entre o Céu e a Terra.

Os escritos confucionistas são de grande importância para a tradição chinesa. A preocupação dominante do cânone confucionista, que se compõe dos “Seis Clássicos” e dos “Quatro Livros”, é a harmonia na ordem social. Confúcio via-se não como criador, mas como mediador dos reis sábios da Antiguidade. A sabedoria desses reis se tornava acessível, sobretudo, através do estudo de seis textos clássicos: Livro das Mutações (*I Ching*), Clássico da História, Clássico da Poesia, Anais da Primavera e do Outono, Livro dos Ritos e o Clássico da Música, pedido.

Acredita que ele redigiu os Anais da Primavera e do Outono e um comentário sobre o *I Ching* e organizado outros livros. De acordo com especialistas modernos, esses textos foram reunidos durante toda a dinastia Zhou (1050 A.C. – 256), e o Clássico da História talvez até antes. (OLDSTONE-MOORE, 2007).

Confúcio extraiu lições morais e exemplos de bom governo do Clássico da História e dos Anais. Afirmava que para ser uma “pessoa superior”, culta, é preciso estar impregnado de música, poesia, cosmologia, adivinhação e etiqueta, tal como apresentados nos outros

clássicos.

Suas prescrições para uma sociedade ideal estão preservadas em *Os Anacletos*, um registro de seus ditos feito por seus alunos. Nessa obra demonstra como os ritos (*li*) dos primeiros governantes chineses – desde cerimônias do Estado até etiqueta – fornecem um padrão para a interação humana adequada e natural. Os três outros livros, *Mêncio*, *Grande aprendizado* e *Doutrina do meio*, também descrevem modos de obter um governo virtuoso e uma sociedade harmoniosa. Todos esses textos confucionistas estão escritos na refinada e concisa linguagem do chinês clássico, que deu origem a uma tradição de comentários destinados a elucidar seu significado (OLDSTONE-MOORE, 2007).

REFERÊNCIAS

AL-KARAM, A. A. R. **A unicidade de Deus e Mohamad (a paz esteja com ele), na Bíblia Sagrada.** São Bernardo do Campo: Provo Ed., 2000.

ARMOND, E. **Religiões e filosofias.** São Paulo: Aliança, 1999.

BESEN, J. A. **O universo religioso: as grandes religiões e tendências religiosas atuais.** São Paulo: Ed. Mundo e Missão, 2005.

FELLER, V. G. **O sentido da salvação: Jesus e as religiões.** São Paulo: Paulus, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1994.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

ISBELLE, S. A. **O Estado islâmico e sua organização: sistema político, sistema econômico, sistema jurídico, sistema penal, conceito de Jihad.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1996.

MARQUES, L. A. **História das religiões: e a dialética do sagrado.** São Paulo: Madras, 2005.

MIRANDA, M. F. **Inculturação da fé: uma abordagem teológica.** São Paulo: Edições Loyola, 2001.

MOHAMAD, A. **Mohamad: o mensageiro de Deus.** São Paulo: Assembléia Mundial da Juventude Islâmica. 1989.

OLDSTONE-MOORE, J. Tradições chinesas. *In*: COOGAN, M. D. (ORG.). **Religiões: história, tradições e fundamentos das principais crenças religiosas.** São Paulo: Publifolha, 2007.

OLIVEIRA, P. E.. **Para compreender o islã e os muçulmanos.** Rio de Janeiro: Heresis, 2001.

PIKAZA, X. **Violência e diálogo das religiões: um projeto de paz.** São Paulo: Paulinas, 2008.

RATZINGER, J. **Natureza e missão da teologia**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SINNER, R. V. **Caminhos do Ecumenismo no Brasil**: História, Teologia, Pastoral. São Paulo: Editora Paulinas, 2018.

STOFFEL, J. C. Ecos da IX Assembléia do CMI. *In*: WOLFF, E. **Exercitando a cooperação**. Florianópolis: ITESC, 2006.

TEIXEIRA, Faustino et al. **Ecumenismo e diálogo inter-religioso**: a arte do possível. São Paulo: Santuário, 2008.

TERRIN, Aldo Natale. **Introdução ao estudo comparado das religiões**. São Paulo: Paulinas, 2003.

VIGIL, José Maria. **Teologia do pluralismo religioso**: para uma releitura pluralista do cristianismo. São Paulo: Paulus, 2006.

WOLFF, E. **A unidade da Igreja**: ensaio de eclesiologia ecumênica. São Paulo: Paulus, 2007.

WOLFF, E. **Caminhos do ecumenismo no Brasil**: história, teologia, pastoral. São Paulo: Paulus, 2002.

WOLFF, E. **Ministros do diálogo**: o diálogo ecumênico inter-religioso na formação presbiteral. São Paulo: Paulus, 2004.

WOLFF, E. (org.) **Exercitando a cooperação**. Florianópolis, ITESC, 2006.

SOCIÓLOGOS CLÁSSICOS E A RELIGIÃO

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC. Docente e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Uniarp. Caçador, Santa Catarina, Brasil.

Dreone Mendes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Uniarp. Caçador, Santa Catarina, Brasil.

Rubens Luis Freiberger

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Uniarp. Caçador, Santa Catarina, Brasil.

RESUMO: Objetivo de identificar reflexões a partir das ideias sociólogos Emile Durkheim, Friedrich Engels, Karl Marx e Max Weber, sobre o significado da religião. Pesquisa qualitativa, descritiva-reflexiva, de revisão bibliográfica. Nos resultados, para Durkheim o sagrado não se expressa num sistema “religioso”, domínio abrigado dos embates da *vida* e da *vida social*. Engels coloca que correntes religiosas e os elementos sociais se aproximam como os crentes a sua classe social. Diferenças geram conflitos, consequentemente lutas entre classes sociais. Para Marx o homem constrói as religiões, a sociedade e o Estado. A religião é um sistema de ilusão para o homem suportar viver em sociedade. Weber acreditava que o sistema Capitalista tem ideias na Reforma Protestante. Enquanto o catolicismo atribuía

valor a vida eterna. Concluímos que a maior contribuição dos sociólogos sobre o tema é a descoberta da relevância provocada pelas filiações religiosas e a estratificação social nas civilizações ocidentais.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia. Religião. Engels. Marx. Weber. Durkheim.

CLASSICAL SOCIOLOGISTS AND RELIGION

ABSTRACT: The objective is to identify reflections based on the ideas of sociologists Emile Durkheim, Friedrich Engels, Karl Marx, and Max Weber about the meaning of religion. Qualitative, descriptive-reflexive, literature review research. In the results, for Durkheim the sacred is not expressed in a “religious” system, a domain sheltered from the clashes of life and social life. Engels posits that religious currents and social elements approach each other like believers to their social class. Differences generate conflicts, consequently struggles between social classes. For Marx man constructs religions, society and the state. Religion is a system of illusion for man to endure living in society. Weber believed that the Capitalist system has ideas in the Protestant Reformation. While Catholicism attributed value to eternal life. We conclude that the greatest contribution of sociologists on the subject is the discovery of the relevance caused by religious affiliations and social stratification in Western civilizations.

KEYWORDS: Sociology. Religion. Max. Weber. Durkheim.

INTRODUÇÃO

A origem etimológica da palavra Religião vem do latim *Religare*, significa religar, unir, atar, juntar o homem ao seu criador, a palavra está relacionada ao cristianismo, citada por Cícero na obra *De natura deorum* (45 a.C.). (FIGUEIREDO, 2019).

O homem vem compartilhando o pão com seu semelhante à centenas de anos, atendendo aos escritos de um código de costumes, condutas e morais, denominado pelas religiões como Bíblia, Alcorão, entre outros. Ações executadas no simples ato de compartilhar uma refeição e, sentimentos que emerge há mais de 200 mil anos quando os agrupamentos humanos formam os primeiros núcleos sociais. (BBC, 2019).

As religiões e as sociedades evoluíram paralelamente, construindo um universo de reflexão individual e social, pois envolve um contrato entre aqueles que exercitam e desejam alcançar o desenvolvimento espiritual e humano. A cada nova apropriação de um elemento ou símbolo religioso, se confere um novo sentido de reflexão todo especial a determinado grupo social, assim, a sociedade e a religião assumem diferentes dimensões quando analisados a luz da ciência. (BERNARDI; CASTILHO, 2016).

Inúmeras são as áreas que buscam conceituar e decifrar os enigmas religiosos, como a História, a Filosofia, a Teologia, a Sociologia, entre outras. Pesquisadores da Antropologia e da Sociologia foram os que mais se aprofundaram a estudar o tema. (FIGUEREDO 2019).

Lesbaupin (2003) deixa claro que ao falar sobre o marxismo e religião é preciso antes de tudo distinguir o que a tradição vulgarizada do materialismo histórico-dialético transmitiu e o que efetivamente Marx e Engels pensaram sobre religião.

Esta tradição, na opinião do autor, não transmitiu apenas uma teoria, um conjunto de ideias – resumida no acerto “a religião é o ópio do povo” – mas uma história, a oposição entre as igrejas e o materialismo histórico-dialético, e o cerceamento às igrejas nos países socialistas reais.

Em um primeiro momento, Marx assegura que o homem busca a religião como um ópio, de que precisa para suportar a divisão e a miséria real. A situação em que o homem vive é “uma situação que necessita de ilusões”, daí a busca da religião. Nesta fase, Marx trabalha a religião como *alienação*. (LESBAUPIN, 2003)

Em um segundo momento, que inicia com a *Ideologia Alemã* (1845), Marx e Engels situa as ideias, como não tendo autonomia própria, como produto da atividade material dos homens, onde se firmam os princípios teóricos que norteiam a produção intelectual de Marx e considera a religião como *ideologia*.

Karl Marx, um ateu convicto, observa a religião como um reflexo ilusório, fantástico, das relações de dominação de classe, de exploração: as ideias religiosas exprimem e suavizam a realidade da dominação. (CHAGAS, 2017).

Para Friedrich Engels, a religião é um fenômeno que nasce no seio de uma sociedade, cada indivíduo a conceitua a seu modo e está relacionada com a classe social a que pertence. (RIBEIRO, 2020).

Emile Durkheim estabelece o papel da religião no interior da vida social, sugere que ao se estudar a religião o pesquisador se coloque no lugar do crente. O foco do estudo do fenômeno social é a religião. (QUEIROZ, 2017).

A religião é ideologia, todavia não falsa consciência. O mundo religioso é o reflexo do mundo real a religião não configura alienação, mas se trata de anestesia para as mazelas que demandam transformação social. (LESBAUPIN, 2003).

Objetiva-se com o estudo objetivo identificar reflexões, realizadas a partir dos sociólogos Emile Durkheim, Friedrich Engels, Karl Marx e Max Weber, sobre o significado da religião na sociedade.

Apresentamos reflexões encontradas na literatura, a partir das ideias dos sociólogos Emile Durkheim, Friedrich Engels, Karl Marx e Max Weber, sobre a concepção de religião e seu papel na sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sociologia e religião: Durkheim, Engels, Marx, Weber

A maneira como a sociedade impõe regras a seus membros é semelhante ao das religiões quando apresentam seus fundamentos aos crentes. O código de regras/conduitas religiosas e as leis/conduitas de uma sociedade são construídos em comum acordo. Os membros das instituições devem seguir as regras com respeito e estas devem ser entoadas por todos os seus membros. As dissidências são resolvidas com o afastamento físico ou censura dos infiéis. (DURKEIM, 1968).

Dessa forma, Souto e Souto (1985) afirmam que, o francês, sociólogo, psicólogo, filósofo Emile Durkheim (1858-1917), apresentou como posição teórica básica a de considerar a sociedade como um conjunto de fatos sociais, fatos esses a serem tratados como coisas (isto é, como padrões observáveis sistematicamente de fora, com objetividade semelhante à dos cientistas da natureza, levando à descoberta das causas). Na produção literária de Durkheim, o sociólogo sempre realizou reflexões e estudos sobre religião.

Os fenômenos/fatos sociais, não necessariamente são materiais, enquanto manifestações/valores mais característicos da vida coletiva (fatos religiosos, morais, jurídicos) se impõem ao indivíduo. Daí a célebre definição de Durkheim: “é fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior”. São para ele manifestações de coação e guardam, em relação às mentes individuais, uma realidade nova, própria, a ser buscada nas representações (ideias) coletivas do grupo

(“consciência coletiva”, que se expressa em moral, religião, etc.). (QUEIROZ, 2017).

A religião é entendida como um modelo cultural-simbólico, símbolos que buscam motivar concepções existenciais nos indivíduos. Diferentemente das religiões não oriundas do continente europeu, como o budismo e o hinduísmo, os ocidentais tem dificuldade de conceituar religião. O Budismo, o Hinduísmo e o Islão, estão classificados como religiões a partir da visão ocidental. (QUEIROZ, 2017).

O hábito de enquadrar a religiosidade como salvadora da interioridade humana, faz com que o sagrado seja visto como um sistema de regras e normas denominado religião. Para Durkheim, o Sagrado não se expressa necessariamente em um sistema “religioso”, conceito admitido nos últimos séculos, cartesianamente racionalizadores consagram como o de um domínio abrigado dos embates da *vida* e da *vida social*. (SANTOS, 2021).

Durkheim considera como sendo a mais simples das religiões, com uma discussão da teoria animista e a teoria naturista, dentro do processo evolutivo, o *totemismo*. A religião é encontrada em vários grupos sociais australianos, acredita que os antepassados dos homens foram animais totêmicos. Apesar do totemismo não ter sido estudado diretamente por Durkheim, ele se serviu de relatos de outros para chegar às suas conclusões. Por meio do estudo do *totemismo*, poder-se-ia aplicar conclusões de pesquisas para a compreensão de todas as religiões, mesmo aquelas mais evoluídas e complexas. (CAVALCANTI 2018).

A importância do *totemismo* para Durkheim está no esboço de um código religioso, sobretudo com regras sociais, onde surgem as bases do sistema de parentesco, de família, de casamento e/ou as bases de organização social humana. (CAVALCANTI 2018).

Ao definir o fenômeno religião, Durkheim preocupa-se em demonstrar sua origem, assinalando sempre o fato de que este fenômeno tem uma origem social e sua importância na vida social. Quando as crenças religiosas são compartilhadas pelo grupo, temos o que Durkheim chama de “igreja”. Para Durkheim, a essência da religião está na distinção da realidade em duas esferas distintas: a esfera sagrada e a esfera profana. (SELL, 2001; LIMA, 2020).

A esfera sagrada se compõe de um conjunto de coisas, de crenças e de ritos que formam certa unidade, que podemos chamar de religião. A esfera profana é representada pela desorganização, práticas impuras e desviantes. O conjunto da realidade que se define por oposição ao sagrado, constituindo, em geral, a esfera das atividades práticas da vida como a economia, família, etc. A religião envolve tanto os aspectos cognitivo ou cultural (crenças), quanto material ou institucional (ritos) da esfera sagrada. (SELL, 2001; LIMA, 2020).

Durkheim realizou um projeto intelectual que tem sido analisado de forma fragmentada, obras com conceitos em relação ao fenômeno religioso e suas relações no

conjunto da vida social. A sociologia busca explicar, no cenário da realidade atual próxima a nós, o que afeta nossas ideias e nossos atos. Assim, para Durkheim a realidade é o próprio homem. (QUEIROZ, 2017).

Ao analisar os conflitos religiosos surgidos entre protestantes, católicos e anabatistas Friedrich Engels filósofo, escritor, jornalista, economista, teórico político alemão (1820-1895), identificou os eventos religiosos e suas repercussões nos campos político e econômico. As correntes religiosas e os elementos sociais aproximam, por afinidades, assim como os crentes da sua classe social, diferenças geram conflitos, conseqüentemente a luta entre classes sociais. Então, o fenômeno religioso é visto por Engels, como um movimento social, onde cada classe social tem uma interpretação e um conceito de religião e se aproximam da corrente religiosa específica da crença e de sua classe social. (RIBEIRO, 2020).

Os anabatistas, para Engels, não se apresentam como crentes de uma religião e sim como uma experiência religiosa que busca uma sociedade igualitária e organizada, a religião é um substrato político. Assim, Engels configura a religião como uma visão do futuro social com proposição de mudanças, uma força motriz para as bandeiras de lutas sociais. (RIBEIRO, 2020).

Engels uniu-se a outro sociólogo, filósofo, historiador, economista, jornalista e revolucionário alemão chamado Karl Marx (1818-1883), juntos realizaram várias conexões e estudos entre os fatos sociais, o sistema econômico capitalista e a religião, apesar deste último tema não ser alvo o de estudo dos sociólogos. Marx como ateu convicto, acreditava que a religião era uma forma de alienação e de domínio da produção, vigente no momento histórico de estudo, assim como o sistema capitalista dominou as civilizações cristãs. A religião cristã para Marx “é o suspiro da criatura oprimida”, a alienação do homem pela religião e a luta do homem oprimido pelo capitalismo. (SENA, 2016).

Marx escreveu na obra Manuscritos de 1843 que “o homem faz a religião, a religião não faz o homem”. Em fazer a religião, o homem faz a sociedade e o Estado, uma consciência as avessas do mundo. A religião é a felicidade ilusória criada pelo homem para existir como ser social. A crítica de Marx revela o “vale de lágrimas” em que vive o homem, apresentando uma realidade “dura” da sociedade. Assim, Engels e Marx contribuem na transformação da dialética e do materialismo do capitalismo. (PEIXOTO, 2018).

No século XIX, Marx e Sigmund Freud colocam sua posição reducionista sobre o tema, a origem da religião nasce no estado patológico do ser humano, com a função de propor soluções errôneas para a cura desse estado. (FIGUEIREDO, 2019).

O legado *marx-engelsiano* sobre religião é sub interpretado meramente como um fenômeno econômico, no século XX acadêmicos estudiosos e militantes debruçam-se sobre os escritos marxistas, atualizando-os para o momento atual. Budistas, cristãos,

judeus e mulçumanos, passam a se interessar pelos manuscritos marxistas, construindo projetos políticos emancipatórios e aproximando os seguidores aos temas do marxismo. (CHAGAS, 2016).

Para comentar sobre o sociólogo, jurista e economista alemão Max Weber (1864-1920) será utilizado como porta de entrada seu texto intitulado “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, na qual o autor procura estabelecer uma relação entre a religião protestante e os líderes do mundo dos negócios e proprietários do capital. De acordo com Weber (2001), as modernas empresas que fazem uso do sistema racional capitalista de produção são, em sua grande parte, na Europa Ocidental, preponderantemente protestantes que pode ser explicada a partir de fatores históricos.

Weber compreende a religião como uma ação voltada para o mundo material e mundano, um código de leis e preceitos relacionados ao sagrado. Uma ação sobrenatural para o natural, que liga o homem, dentro da sociedade, as forças não humanas. (QUEIROZ, 2017).

Embora a religião não seja uma causa das condições econômicas, aparece como resultante delas. Tanto que as regiões de maior desenvolvimento econômico foram particularmente favoráveis a uma revolução na Igreja. Os preceitos de uma religião podem ser adotados pela camada social dominante, antes de se tornar orientação para a sociedade e conseqüentemente para a economia. (CARVALHO FILHO, 2020). A emancipação do tradicionalismo econômico aparece como um fato de apoio à tendência de duvidar da santidade da tradição religiosa e de suas autoridades.

Os reformadores da Igreja apontam para a falta de controle da vida cotidiana da Igreja Católica e as classes médias burguesas apoiaram essa visão, cedendo a uma tirania inédita do puritanismo. Há vários motivos para procurar as origens do espírito do capitalismo nas ideias religiosas da Reforma Protestante.

Weber apresenta em suas obras duas ideias sobre religião, a primeira afirma que o comportamento religioso é orientado pelo mundo terrestre para alcançar a vida eterna e a felicidade; a segunda diz respeito à racionalidade do ato religioso com papel fundamental na modernidade. (CARVALHO FILHO, 2020).

Portanto, o conceito protestante de vocação está na raiz do sistema capitalista racional, pois não há dúvida de que na palavra alemã *Beruf* e na palavra inglesa *calling*, existe uma conotação religiosa, qual seja, a de uma tarefa ordenada, ou pelo menos sugerida por Deus, que se torna mais manifesta na medida em que for maior a ênfase no caso concreto. Há afinidade dos princípios do calvinismo puritano e o espírito empresarial. (PACHECO *et al.*, 2019; CARVALHO FILHO, 2020).

O Calvinismo atribui ao trabalho um caráter religioso que não existia anteriormente,

quando o trabalho era entendido como algo pertencente à vida material que não podia ser dispensado. No entanto, na perspectiva do Calvinismo o trabalho se torna uma vocação, uma atividade de caráter religioso. (ROSCOCHE, 2016; CAMPOS, 2016). Os representantes históricos do protestantismo ascético para Campos (2016) são, sobretudo, os seguintes:

- 1) O Calvinismo, na forma que assumiu, sua principal área de influência da Europa Ocidental no século XVII. O espírito puritano foi o movimento decisivo no período;
- 2) O Pietismo, que se desenvolveu inicialmente no seio do movimento Calvinista na Inglaterra e na Holanda, vindo a ser absorvido pelo Luteranismo até o término do século XVII. O fundamentalismo é herdeiro do calvinismo puritano;
- 3) O Metodismo, que surgiu pela primeira vez em meados do século XVIII, separando-se posteriormente da Igreja Anglicana sob o argumento da necessidade de reavivar o espírito ascético. Influenciando a política, as relações comerciais, a vida familiar e o comportamento da igreja;
- 4) As seitas que se derivaram do movimento Batista, não é um movimento independente dos demais.

O estudo desses movimentos concentra-se na influência das sanções psicológicas, originadas na crença religiosa, que orientavam a conduta do indivíduo. A racionalização da produção capitalista encontra respaldo nos valores do protestantismo que asseguram ao capitalismo um “espírito” ético, ou seja, garantem hábitos e idéias que favorecem a procura racional do lucro econômico de maneira ética.

Weber (2001), recorrendo, sobretudo ao Calvinismo, procurou evidenciar que a relação de forma de vida entre a religião protestante favorecia o comportamento econômico racional, atribuindo significado moral e espiritual positivo a vida terrena, diferentemente do catolicismo que atribuía valor maior a vida eterna e não a terrena. O Calvinismo apresentou a concepção de que as habilidades humanas deviam ser entendidas enquanto dádivas divinas, devendo a vida diária ser santificada.

Destarte, a exemplo, uma habilidade para o comércio deveria ser incentivada, porquanto se constituía como uma forma de santificar a vida secular.

A contribuição de Durkheim para o estudo sistemático da religião foi fundamental para a Sociologia, uma vez que outras vertentes epistêmicas – notadamente o marxismo, a partir da célebre assertiva de Marx consoante a qual “a religião é o ópio do povo” – relegaram o estudo dessas manifestações para um plano secundário, a respeito do conjunto complexo de reflexões que algumas linhas de estudo da Antropologia vêm realizando sobre essa temática ao longo de sua história científica.

Um dos quatro núcleos fundamentais da produção durkheimiana trata especificamente da religião, vinculando-a ao campo das representações coletivas e compreendendo-a como uma forma de representação do mundo, ou mesmo uma forma de concepção do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas no estudo sobre o significado da religião para a sociedade, na visão dos sociólogos Emile Durkheim, Friedrich Engels, Karl Marx e Max Weber, mostra que nenhum deles buscou aprofundar estudos sobre o assunto.

A religião foi apresentada para Durkheim através da fala de outros. O sociólogo passa então a pesquisar sobre a religião primitiva *totemismo* e como os fatos religiosos influenciam os fatos sociais. Engels olhava a religião como uma força propulsora de mudanças na sociedade, influenciando a realidade onde o homem vive. Marx não acreditava em Deus, acreditava que a religião é pura ilusão que ameniza as mazelas do homem social. Weber compreende a religião como uma ação voltada para o mundo material e mundano, onde o sagrado é o trabalho e o capital.

Os sociólogos, ao estudarem as crenças religiosas traçam uma linha paralela entre religião e sociedade, quando em algum momento as linhas se cruzam, os fenômenos religiosos e os fenômenos sociais provocam mudanças na ordem política, social economia, cultural e religiosa. A importância de estudos futuros por pesquisadores sobre o tema ajuda a sociedade a compreender sua própria história e o processo evolutivo do homem.

A maior contribuição dos estudos desses sociólogos, sobre o tema é a descoberta da relevância provocada pelas filiações religiosas e a estratificação social nas civilizações ocidentais.

REFERÊNCIAS

BBC. Como e por que as religiões evoluíram. **BBC NEWS Brasil**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-tra-48141809>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BERNARDI, C. J. CASTILHO, M. A. A. religiosidade como elemento do desenvolvimento humano. **INTERAÇÕES**, v. 17, n. 4, p. 754-756. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/5D44rZBWRJ5d8Y CpX4GP83H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CAMPOS, B. M. Caminhos e direções do puritanismo e conservadorismo protestantes: o fundamentalismo *avant la lettre* e a sua presença no Brasil. **Estudos de Religião**, v. 30, n. 2, p. 143-170, 2016. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/6852/5316>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CAVALCANTI, F. C. *Totemismo* e as metáforas animais. **ANTARES: Letras e Humanidades**, v. 10, n. 20, p. 35-49, 2018. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51616/1/2018_art_fccavalcanti.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.

CHAGAS, E. A crítica da religião como crítica da realidade social no pensamento de Karl Marx. **Blog marxismo21**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://marxismo21.org/marxismo-e-religiao/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

DURKHEIM, É. **Les formes élémentaires de la vie religieuse**, 5. ed. Paris: Quadrige/PUF, 1968.

FIGUEREDO, N. Sobre a definição de religião: historiografia, críticas e possibilidades. **REVER**, v. 19, n. 2, p. 271-295, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/45173/29878>. Acesso em 25 fev. 2021.

LESBAUNPIN, I. Marxismo e Religião. In: TEIXEIRA, F. **Sociologia da religião: enfoques teóricos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

PEIXOTO, E. M. M. Marx, Engels e a crítica da religião: inventário e notas para um debate necessário. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 10, n. 1, p. 95-129, 2018. Disponível em: <https://www.readcube.com/articles/10.9771%2Fgmed.v10i1.26424>. Acesso em: 10 mar. 2021.

LIMA, L. Émile Durkheim e Marcel Mauss: (des)associações da teoria clássica com o campo afro-religioso. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 13, n. 4, p. 269-280, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/5852/lorranv13n4.pdf>. Acesso em 3 mar. 2021.

PACHECO R. P.; ABREU, T. R.; DIAS, A. P. Ética protestante e o espírito do capitalismo. Blog **jus.com.br**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72762/etica-protestante-e-o-espírito-do-capitalismo>. Acesso em 1 mar. 2021.

QUEIROZ, J. B. As formas elementares ponto de redefinição da sociologia durkheimiana? **Sociologias**, v. 19, n. 44, p. 72-91, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/qFcnfxpTM3M8CdJRVz9ByHL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr 2021.

RIBEIRO, W. C. Religião, política e luta de classes: as reflexões de Friedrich Engels sobre o fenômeno religioso. **Revista Ensaios**, v. 17, p. 7-25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaios/article/view/46434/28698>. Acesso em 16 abr. 2021.

ROSCOCHE, L. F. Trabalho, lazer e religião: uma aproximação. **Licere**, v. 19, n. 2, p.388-420, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1250/885>. Acesso em: 24 abr. 2021.

SANTOS, A. M. Sociologia da religião: análise do impacto social da confessionalidade. **RECIMA21**, v. 2, n 4, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/254/243>. Acesso em: 26 mai 2021.

SELL, C. E. **Sociologia clássica: Durkheim, Weber e Marx**. Itajaí, Ed. Univali, 2001.

SENA, J. R. A religião nas concepções dos clássicos Marx e Durkheim: felicidade ilusória ou transfiguração da sociedade? **Diversidade Religiosa**, v. 6, n. 1, p. 64-86, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/dr/article/view/31152/16494> Acesso em: 22 mar. 2021.

SOUTO, C.; SOUTO, S. **A explicação sociológica: uma introdução à Sociologia**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1985.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2001.

A CRISTANDADE E O EUCUMENISMO

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC.

Docente e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Uniarp. Caçador, Santa Catarina, Brasil.

RESUMO: O principal instrumento de articulação dos desejos de unidade entre os cristãos, na atualidade é o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que reúne a maioria das Igrejas Protestantes e Ortodoxas, dentre outras motivações, surgiu como fruto de um esforço de solidariedade entre os cristãos europeus, perplexos com a capacidade destrutiva da civilização moderna e belicosa que ajudaram a construir. (DIAS *apud* TEIXEIRA *et al.*, 2008). Esse autor acrescenta ainda que essa tomada de consciência com relação há necessidade de uma concordância mínima entre cristãos e suas diferentes igrejas, para um testemunho consistente do Evangelho, nem sempre foram ocasionadas e norteadas pelas mesmas motivações. O movimento ecumênico, que traz a expressão de maneira mais aperfeiçoada no CMI será caracterizado pela busca da unidade entre cristãos, por um testemunho positivo do amor de Deus, “que deseja a unidade de todos os seres humanos sobre a base de uma justiça compartilhada que permita o desenvolvimento de uma sociedade mais humana, mais fraterna e mais disposta a repartir os bens e comungar ideias” (DIAS

apud TEIXEIRA *et al.*, 2008).

PALAVRAS-CHAVE: Cristandade. Ecumenismo. Ocidente.

CHRISTIANITY AND EUCUMENISM

ABSTRACT: The main instrument for articulating the desires for unity among Christians today is the World Council of Churches (WCC), which brings together most Protestant and Orthodox Churches, among other motivations, emerged as the fruit of an effort of solidarity among European Christians, perplexed by the destructive capacity of modern and bellicose civilization they helped to build. (DIAS *apud* TEIXEIRA *et al.*, 2008). This author also adds that this awareness of the need for a minimal agreement between Christians and their different churches for consistent witness to the Gospel has not always been occasioned and guided by the same motivations. The ecumenical movement, which brings the expression more perfected in the World Council of Churches, will be characterized by the search for unity among Christians, by a positive witness to the love of God, “who desires the unity of all human beings on the basis of a shared justice that allows the development of a more humane society, more fraternal and more willing to share goods and share ideas” (DIAS *apud* TEIXEIRA *et al.*, 2008).

KEYWORDS: Christianity. Ecumenism. Western.

INTRODUÇÃO

A realidade atual impõe mudanças de paradigmas. Também para as formulações doutrinárias da fé cristã. Há inquietações de ordem e procedência diversas que apontam para a necessidade de revisão do dogma central da unicidade e singularidade de Jesus Cristo na mediação da salvação universal. (FELLER, 2005, p.17).

A mobilidade social, o turismo, as comunicações, o pluralismo ético-cultural-religioso, o mercantilismo religioso e outros fenômenos próprios da globalização atual põem o cristianismo diante do impulso de uma dupla motivação, conforme afirma Vattimo (*apud* FELLER, 2005).

Há motivações provenientes de uma pressão externa, de ordem histórica, conjuntural. Elas exigem do cristianismo repensar sua posição em relação às outras religiões:

a) É forte a crítica cultural ao cristianismo, segundo a qual a pretensão de unicidade e universalidade da salvação em Jesus Cristo é interpretada como uma discriminação com relação a outras religiões e culturas não cristãs ou como uma arrogante mostra do colonialismo espiritual do Ocidente e uma egoísta afirmação de seus privilégios, justificada subjetivamente pela consciência de uma missão universal. (SCHLLEBEECKY, *apud* FELLER, 2005).

b) É cada vez mais abrangente a cultura pluralista contemporânea, com sua sensibilidade para o reconhecimento da igualdade de direitos e sua rejeição a toda forma de dogmatismo, seja de instituições, seja de sistemas ou de religiões que pretendam possuir o monopólio da verdade e que discrimine e/ou marginalize quem pensa e age de modo diferente.

c) São muitos os conflitos entre pessoas e grupos de diferentes religiões, expressos em atitudes e comportamentos discriminatórios que traduzem o desconhecimento do valor, da verdade e dos direitos alheios, nas guerras religiosas e na violência praticada pelas religiões e em nome da religião. Há de se considerar, no entanto, que, na busca da solução desses conflitos, a opção fundamentalista está fadada ao fracasso, restando apenas o diálogo e o discernimento. (SHORTER, *apud* FELLER, 2005).

d) Constata-se, hoje, da parte da sociologia da religião, uma interpenetração crescente das religiões, o que tem levado os teólogos a descreverem cada vez mais a relação em função de diálogo, no qual, evidentemente, para ser verdadeiro, deve haver abertura e compromisso. Abertura para acolher a religião diferente, para aprender com ela, para receber dela aquilo que poderá ajudar numa explicitação melhor da própria intuição religiosa. Compromisso para com a própria identidade, sob pena de, na relativização da própria religião, não se ter nada mais a oferecer aos outros. Abertura aos outros e compromisso consigo mesmo tornam-se aspectos necessários para a atual busca comum da verdade. (SHORTER, *apud* FELLER, 2005).

O principal instrumento de articulação dos desejos de unidade entre os cristãos,

na atualidade é o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que reúne a maioria das Igrejas Protestantes e Ortodoxas, dentre outras motivações, surgiu como fruto de um esforço de solidariedade entre os cristãos europeus, perplexos com a capacidade destrutiva da civilização moderna e belicosa que ajudaram a construir. (DIAS *apud* TEIXEIRA *et al.*, 2008).

DESENVOLVIMENTO

Ademais dessas motivações de origem externa, há, ainda, aquelas oriundas de pressão interna, de ordem teológico-pastoral, que apontam para a inteligibilidade e a relevância da fé cristã no atual contexto sociocultural, conforme aponta Feller (2005). A saber:

a) Não bastam meras adaptações da fé cristã às exigências modernas do pluralismo; convém, antes, levar a sério a questão da verdade e assumir a própria identidade, reconhecendo-se como diferente dos outros e reconhecendo como diferentes aqueles que de fato são diferentes. Para tanto, o cristianismo deve atentar ao risco permanente do colonialismo ocidental. O cristianismo necessita converter-se de seu fechamento ocidental e abdicar de toda identificação entre a catolicidade do cristão e a universalidade do ocidental. Identificação que hoje intenta manter-se com a chamada globalização, a qual poderia ser a nova plataforma equivocada de outro colonialismo pseudomissionário. (FAUS, *apud* FELLER, 2005).

b) Há de se procurar razões intra-religiosas e cristãs para uma religião isenta de violência e para um diálogo inter-religioso aberto, bem como para uma atitude positiva especificamente cristã em relação a pessoas religiosas de outras orientações.

c) O Concílio Vaticano II deu um salto qualitativo em sua teologia sobre a Igreja, propondo a legitimação de uma Igreja mundial, de uma Terceira Igreja que, para além da Igreja da *koiné* dos cinco primeiros séculos e da Igreja ocidental dos seus dois milênios de história, se abram à valorização das culturas e ao diálogo com todas as religiões e, mesmo, com o mundo ateu. Nas suas relações com as religiões, a Igreja reconhece, pela primeira vez na história, um valor verdadeiramente positivo e a ação salvífica de Deus nessas religiões.

d) No respeito de sua atividade missionária e de sua presença no mundo, a Igreja proclama uma vontade universal e salvífica de Deus, que só está limitada pela má decisão da consciência humana e por nada mais. Isto, segundo Rahner (*apud* FELLER, 2005), que supõe a possibilidade de uma fé-revelação verdadeiramente salvífica, que vai mais além até mesmo da palavra reveladora cristã e lança os pressupostos básicos para a missão universal da Igreja mundial que estão traçados em uma forma totalmente nova.

Temos atrás de nós um largo caminho percorrido no ecumenismo e no diálogo religioso. Isso exige dos cristãos continuar na busca da unidade almejada, valorizando

a diversidade que complementa e evitando as divisões. Já estão bem estabelecidos os fundamentos teológicos da espiritualidade missionária e ecumênica, firmados a partir da teologia e da prática eclesial na América Latina, tais como o “reinocentrismo”, a opção pelos pobres e à abertura ao pluralismo. Alguns traços marcam a disposição para o diálogo: a atitude contemplativa, o otimismo soteriológico, a atitude penitencial, o desapego da instituição e a disposição para a inculturação da fé, sobretudo junto à religião popular. São avanços que não permitem acomodação, mas, ao contrário, impulsionam para novas experiências. (MIRANDA, *apud* FELLER, 2005).

Todas estas motivações exigem uma reflexão crítica sobre a pretensão cristã da singularidade e da universalidade de Jesus Cristo. Uma reflexão que sugere o risco de um totalitarismo exclusivista a absolutista. Uma reflexão que enfrente todo e qualquer obstáculo a uma convivência pacífica com as outras religiões, e que enfraqueça toda ameaça a uma cultura digna do ser humano.

Nesse sentido, vale lembrar a conhecida advertência de H. Kung: “Não haverá sobrevivência sem uma ética mundial. Não haverá paz no mundo sem paz entre as religiões. E sem paz entre as religiões, não haverá diálogo entre as religiões” (KÜNG, *apud* FELLER, 2005).

A palavra *ecumênica* origina-se do termo grego *oikoumene* que faz referência ao mundo habitado, de acordo com Teixeira *et al.* (2008). Os escritores gregos clássicos fazem uso do termo para opor a realidade do mundo dos gregos ao espaço cujos habitantes não eram conhecidos.

O vocábulo começa a ser usado nessa acepção no final do século IV a.C., a partir das conquistas de Alexandre Magno, que estende a *Oikoumene* grega (o mundo helenizado) do Mar Egeu até às margens do rio Indo. Dessa maneira, a conceituação de *oikoumene* começa a ser usada em um sentido eminentemente geográfico.

Entretanto, o processo de helenização iniciado por Alexandre Magno abrange diferentes povos e culturas, entre eles, os egípcios, os babilônios, os sírios, os semitas, os caldeus, os persas, etc. Impunha-se nessa diversidade de culturas, o estabelecimento de alguma coisa capaz de dar unidade a todas essas nações e a todos esses povos com características tão diversas. Surge então o ideal do homem helênico como um elemento unificador e totalizante. (TEIXEIRA *et al.*, 2008).

Júlio de Santa Ana (*apud* Teixeira *et al.*, 2008, p.25) assinala ainda que o helenismo trouxe consigo entre o século III a.C. e o período durante o qual Roma dominou o mundo mediterrâneo, o conceito de um indivíduo cosmopolita como representante da verdadeira humanidade. Quando separado de suas raízes locais, esse indivíduo poderá até se envolver com a totalidade do universo. Dessa maneira, surge a oposição entre helênico e bárbaro,

entre civilizado e inculto; a princípio o mundo da cultura correspondeu à *oikoumene*.

Para Santa Ana (apud Teixeira *et al.* 2008), a ignorância e a barbárie tinham seu início além das fronteiras do mundo habitado. Nesse período *oikoumene* adquire um sentido fundamentalmente cultural. Para o autor a morte de Alexandre e a divisão de seu império, o poder grego no mundo antigo começa a se fragilizar. Aos poucos outro poder imperial aparece constituindo seu domínio sobre as terras que rodeiam a bacia do Mar Mediterrâneo, e, esse poder foi Roma. Nesse período, está compreendido um novo sentido da palavra *oikoumene*. De acordo com o observado, essa palavra teve inicialmente uma conotação geográfica e em seguida cultural.

Quando o Império Romano inflige seu poder sobre as terras que circundam o que eles chamavam *Mare Nostrum* (nosso mar), o termo adquire uma dimensão política que complementa a compreensão cultural, helenística, que havia sido dada a esse vocábulo primeiramente. (TEIXEIRA *et al.*, 2008).

O termo *oikoumene* aparece na literatura do Novo Testamento, com esses três sentidos. Sendo ainda empregado em quinze passagens, e, em algumas delas, recupera o sentido de mundo, de cultura helênica, de império romano. O termo é ainda introduzido na literatura eclesiástica, quando o Concílio de Constantinopla refere-se ao Concílio de Nicéia como um “concílio ecumênico”.

À luz do magistério de Bosch Navarro (apud Teixeira *et al.*, 2008), a partir desse momento, o termo *ecumênico* designará as doutrinas e as utilizações eclesiais que são aceitos como norma de autoridade e dotados de validade universal em toda a Igreja.

Certamente, a dimensão religiosa da palavra apenas vai ganhar sentido realmente como tal a partir do século XVII, com o advento da Reforma Protestante e em meio aos conflitos que dilacerava os cristãos divididos na Europa.

Para Wolff (2004) o ecumenismo não é uma opção isolada de indivíduos ou grupos. Antes de tudo, trata-se de um processo comunitário que devia envolver a Igreja como um todo. E esse processo tem sua história, de modo que a opção ecumênica acontece no interior de uma “tradição ecumênica”.

O Movimento Ecumênico é de origem protestante, mas que posteriormente englobará a participação das Igrejas Ortodoxas e contará também com o Concílio Vaticano II (que finaliza suas atividades no ano de 1965), com a colaboração da Igreja Católica Romana, vai expressar-se durante o século XX como resultado de uma série de movimentos que se desenvolvem, a partir de meados do século XIX, em torno de três eixos essenciais à vivência das igrejas: *a missão, a ação e a doutrina*.

Essas manifestações tendentes à unidade dar-se-ão em ordem cronológica e na forma de conferências sucessivas, entre as quais uma comissão de continuidade assegura

a permanência do trabalho e a preparação da etapa seguinte.

Wolff (2002) apresenta uma introdução à temática, apresentando os desafios para o ecumenismo no Brasil. Esse autor apresenta fatores jurídicos, teológicos e pastorais que fazem com que a situação do pluralismo cristão no Brasil seja tão complexa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as igrejas estão enfrentando reptos que lhes são comuns: o crescimento rápido do pentecostalismo, a diversidade religiosa – que não segue os padrões da Europa e que precisa, conseqüentemente, de uma resposta diferente e a situação social do país, que cria conflitos (ideológicos, econômico-sociais, de raça e de gênero) dentro das próprias igrejas. (WOLFF, 2002 *apud* SINNER, 2003).

Para Elias Wolff (2002), a história do ecumenismo no Brasil, emerge em 1903 com o advento da concepção da Aliança Evangélica Brasileira que deu início ao ecumenismo interprotestante, sucedido por uma segunda etapa em 1960 com o ingresso de católicos romanos e anglicanos, posteriormente acontece um terceiro momento em 1982 que se principia com a constituição do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC).

O diálogo ecumênico no Brasil se dá a partir das igrejas-membro do CONIC. Restringe-se, ao ecumenismo cristão entre a Igreja Católica Apostólica Romana, Cristã Reformada, Episcopal Anglicana do Brasil, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Metodista, Católica Ortodoxa Siriana do Brasil e Presbiteriana Unida.

É preciso lembrar que, com obviedade, que, excluindo-se a primeira, estas igrejas representam apenas pequenas parcelas da sociedade brasileira, tendo ainda expressão regionalizada (especialmente nas regiões Sudeste e Sul do país). A crescente minoria conhecida como “evangélica” são as igrejas pentecostais e neopentecostais, em geral alheias ao ecumenismo.

REFERÊNCIAS

FELLER, V. G. **O sentido da salvação**: Jesus e as religiões. São Paulo: Paulus, 2005.

SINNER, R. V. **Resenha de**: WOLFF, E. Caminhos do Ecumenismo no Brasil. História - Teologia - Pastoral. São Paulo: Paulus, 2002. 456 p. Encontros Teológicos n. 35, Florianópolis, v. 18, n.2, p. 177-182, 2003. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/488/475>. Acesso em: 1 nov. 2020.

TEIXEIRA, F.; DIAS, Z. M. **Ecumenismo e diálogo inter-religioso**: a arte do possível. São Paulo: Santuário, 2008.

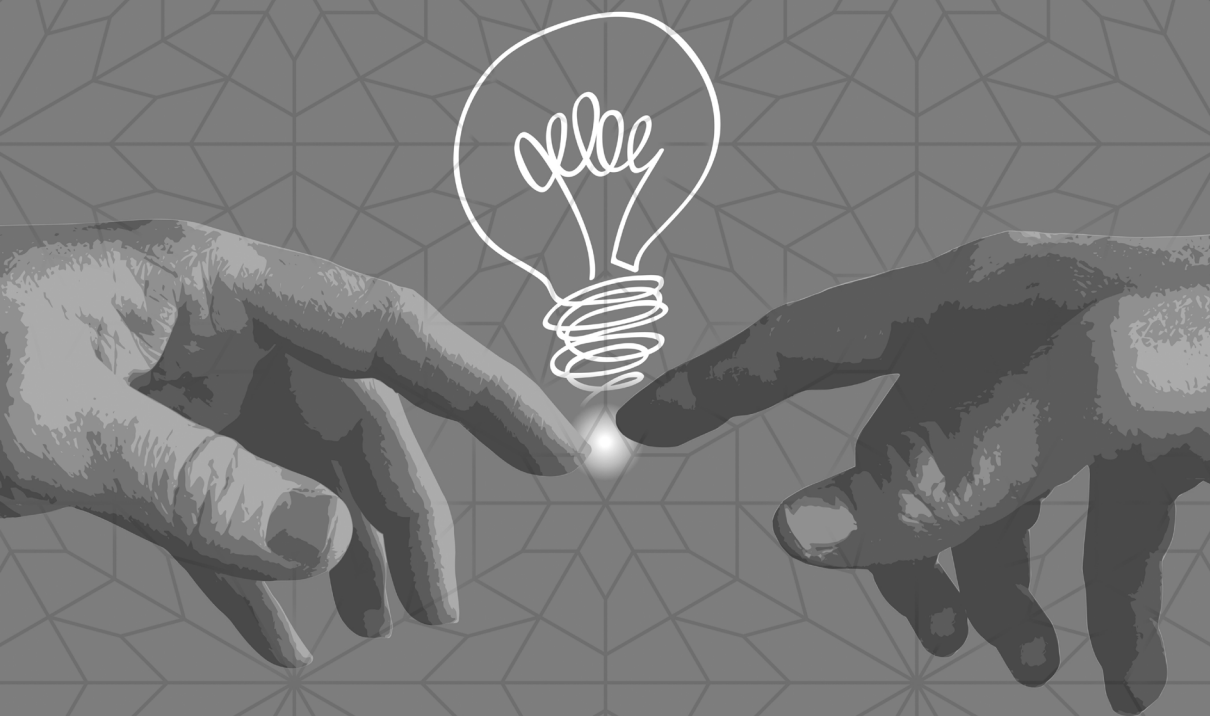
WOLFF, E. **Caminhos do ecumenismo no Brasil**: história, teologia, pastoral. São Paulo: Paulinas, 2002.

WOLFF, E. **Ministros do diálogo**: o diálogo ecumênico e inter-religioso na formação presbiteral. São Paulo: Paulus, 2004.

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ESTUDOS DE TEOLOGIA

E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

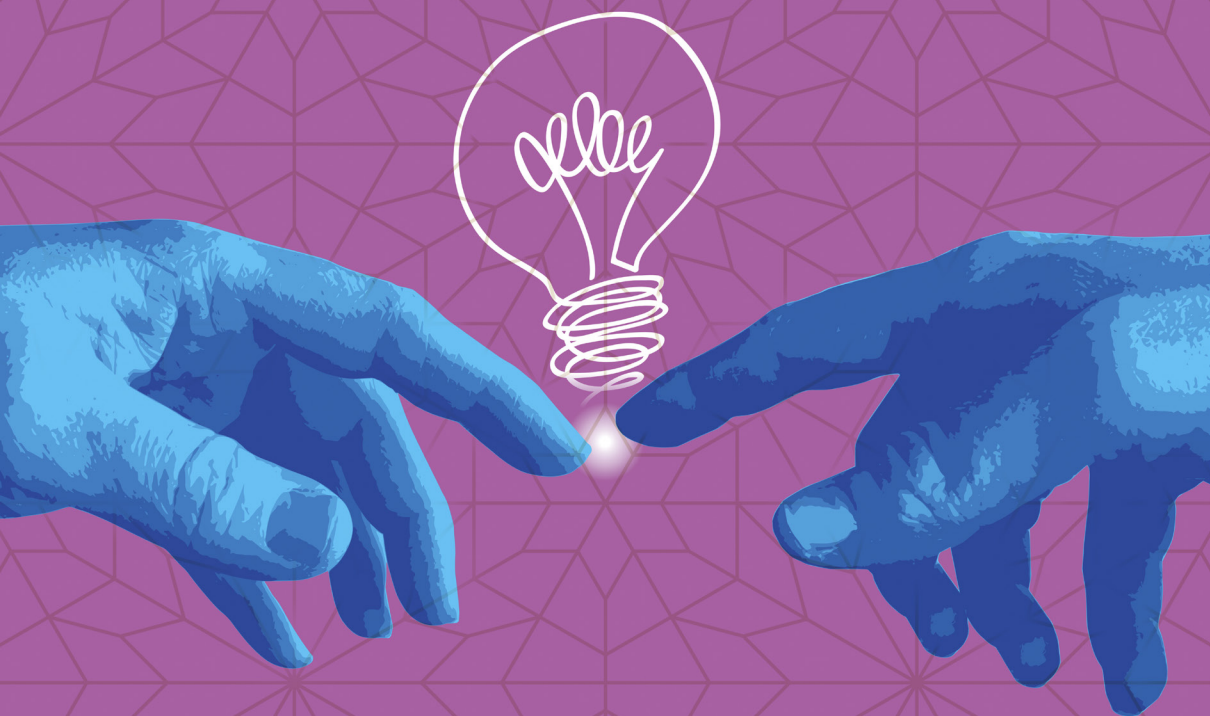



Ano 2023

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ESTUDOS DE TEOLOGIA

E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO




Ano 2023

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS - Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente, pesquisador e orientador nos Programas de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Desenvolvimento e Sociedade e Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). Administrador (CRA/S 21651). Economista (CORECON/SC 3840). Teólogo e Cientista da Religião (SOTER). Geógrafo(CREA/SC 180776-6).Biólogo (CRBio 129463/09-D). CV LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6663595207403860>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3916-972X> E-mail: adelciomachado@gmail.com.